

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Mila Cilene Fortes dos Santos

**Análise das Contas Públicas do Estado de Cabo Verde no Período de
2001 a 2006**

Porto Alegre
2010

Mila Cilene Fortes dos Santos

**Análise das contas Públicas do Estado de Cabo Verde no Período de
2001 a 2006**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Lagemann

Porto Alegre
2010

Mila Cilene Fortes dos Santos

**Análise das Contas Públicas do Estado de Cabo Verde no Período de
2001 a 2006**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em..... dede.....

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Eugenio Lagemann – UFRGS

Prof. Dr. Ário Zimmermann – UFRGS

Prof. Dr. Pedro Bandeira – UFRGS

Aos meus queridos pais, Lidia e Aguinaldo, e familiares pelo amor, incentivo, ajuda e exemplo de vida.

Ao meu amado Eder, “meu anjo”, pelo incentivo, ajuda e compreensão nos momentos mais difíceis. A tua presença deixou tudo mais fácil e possível de ser alcançado.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar os meus agradecimentos a todos os professores pelos conhecimentos transmitidos durante este curso, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Eugenio Lagemann, por aceitar a orientação deste estudo e pelo seu auxílio e atenção, tornando possível a realização deste trabalho. Agradeço também aos professores Ário Zimmermann e Pedro Bandeira pela disposição em analisar e avaliar este trabalho.

Agradeço também ao PEC-G e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pois graças ao convênio pude obter a vaga e realizar o curso.

Agradeço ainda ao Sr. Claudino Semedo pela sua boa vontade e prontidão em me disponibilizar dados necessários para elaboração deste trabalho.

Não poderia deixar de fora a minha família, que me apoiou em todos os momentos, em especial a minha mãe Lidia e ao meu pai Aguinaldo, que deram a base para me tornar a pessoa que sou hoje; ao meu namorado que aguentou-me nos momentos de desânimo e incerteza não me deixando desistir e me dando força e também a minha sogra Adlisa pela valiosa ajuda em minha pesquisa.

A todos os meus colegas e amigos que, de uma forma ou outra, me apoiaram ao longo da minha vida acadêmica, o meu obrigado.

RESUMO

O presente trabalho fornece uma avaliação da Gestão das Finanças Públicas, eixo pelo qual se realiza a contribuição individual e a disponibilização coletiva dos bens e serviços, do Estado de Cabo Verde, no período de 2001 a 2006. A sobrevivência do referido país se deve à presença do Estado. Esta avaliação foi feita com base em dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE), dados publicados pelo Ministério das Finanças de Cabo Verde, nos relatórios do Banco Mundial, Consultoria Nacional, e dados primários fornecidos pelo Orçamento de Estado. Com isso são elaborados indicadores das finanças públicas, como indicadores macroeconômicos (relação dos tributos com o PIB, relação da dívida total com o PIB, entre outros); indicadores do orçamento (volume de recursos disponíveis para livre alocação, por exemplo); indicadores das estatísticas das finanças (como o saldo da dívida, por exemplo), e calculado os resultados das contas públicas: resultado nominal, resultado primário e poupança corrente do setor público, de forma a avaliar a situação e o desempenho das finanças públicas do país ao longo do referido período. O resultado nominal e primário mostraram que o Governo gastou mais do que arrecadou no período, pois se manteve o forte ritmo de investimento no país (maior parte financiado pelos donativos e empréstimos externos), traduziu-se num novo aumento do endividamento externo do país, as necessidades de financiamento do sector público registraram uma importante desaceleração.

Palavras-chave: Finanças Públicas. Cabo Verde. Dívida Interna. Dívida Externa. Resultado Nominal. Resultado Primário.

ABSTRACT

This work provides an evaluation of Public Finances Management, axis which is realized the individual contribution and the collective provision of goods and services, of Cape Verde State from 2001 to 2006. The survival of the country is due to presence of the State. This evaluation was made on the basis of given published by the National Institute of Statistics of Cape Verde (INE), data published by the Cape Verde Ministry of the Finances, report of the World-wide Bank, National Consultancy, and primary data supplied by the state budget. With this indicators of the public finances are prepared, like macro economical indicators (the tributes relation with GDP, relation of the total debt with the GDP, between others), the budget indicators (volume of available resources for free allocation, for example), finances statistics indicators (like the debt balance, for example), and calculated the results of the public accounts: nominal result, primary result and current thrift of the public sector, to evaluate the situation and the performance of the country's public finances along the above-mentioned period. The nominal and primary results showed that the government spent more than it collected in that period, and so the strong rhythm of investment was maintained in the country (most financed part by the donations and external loans), were reflected into a new increase of the external debt of the country, particularly, the financing necessities of the public sector registered an important slowdown.

Key words: Public Finances. Cape Verde. Internal Debt. External Debt. Nominal Result. Primary Result.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE	11
2.1 INFORMAÇÕES GERAIS	11
2.2 HISTÓRIA	15
2.3 ASPETOS ECONÔMICOS DE CABO VERDE.....	17
2.4 SISTEMA FISCAL EM CABO VERDE.....	20
3 ANÁLISE DAS RECEITAS	23
3.1 ANÁLISE DA RECEITA CORRENTE – FISCAL E NÃO FISCAL.....	28
3.1.1 Receitas fiscais	29
3.1.2 Receitas não fiscais	31
3.2 ANÁLISE DA RECEITA DE CAPITAL	32
4 ANÁLISE DAS DESPESAS	33
4.1 ANÁLISE DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	34
4.2 ANÁLISE DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	38
5 DÍVIDA PÚBLICA	40
5.1 DÍVIDA INTERNA	45
5.2 DÍVIDA EXTERNA	46
6 RESULTADO DAS CONTAS PÚBLICAS	48
6.1 A POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXO A – OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO	56
ANEXO B - DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO	58
ANEXO C - RECEITAS ORÇAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO	59

1 INTRODUÇÃO

Há uma clara percepção de que o bem-estar dos cidadãos é influenciado pelas ações do governo. Este procura promover uma economia eficiente, capaz de contribuir para o bem estar das populações, então, sempre que o sistema de livre funcionamento dos mercados (mão invisível de Adam Smith) se mostra ineficiente, o governo é chamado para intervir com ações complementares em relação aos cidadãos, satisfazendo necessidades coletivas.

Segundo Abel Fernandes (2008), para execução de suas funções, na sistematização clássica de Musgrave (1959), o Estado faz uso das finanças públicas (política orçamental unindo a cobrança de receitas e a realização de despesas) e da regulamentação da atividade econômica. Outros meios poderão ser utilizados pelo Estado para alcançar os seus objetivos, como os métodos diretos (exercendo o poder de planificar, assumindo-se como produtor de bens e serviços, encarregando-se da distribuição do rendimento nacional) e indiretos (política monetária e regulamentação legislativa) de intervenção, instrumentos que ultrapassam os limites do domínio estrito das finanças públicas, fato que será analisado no trabalho. Portanto, essas ações não fazem parte deste trabalho.

Segundo Fernandes (2008), não há dúvidas de que o peso do Estado nas economias nacionais tem aumentado, quantificado em termos da despesa pública per capita a preços constantes ou como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) real. Este fato é tema de discussões entre as diferentes correntes de pensamento econômico, gerando diversos contributos teóricos para a sua explicação e racionalização, onde, a cada época, as correntes dominantes exercem influências sobre o setor público, reduzindo-o ou ampliando-o. Para Fernandes (2008), existem várias teorias explicativas deste fenómeno de longo prazo, a mais antiga e difundida teoria econômica, o que não significa a mais bem compreendida, é a lei do crescimento das despesas do Estado, presentes nos escritos do economista alemão Adolph Wagner (1835-1917) a partir de 1863.

Ainda segundo Fernandes (2008), o comportamento das despesas públicas é considerado, por alguns autores, como uma variável endógena, ou exógena em relação ao PIB. No primeiro caso a despesa pública é uma função positiva do PIB, sendo elástica em relação a ela : Um exemplo é a teoria do A. Wagner que estabeleceu uma lei dizendo que os gastos do Governo cresceriam, inevitavelmente, mais rápido do que a renda nacional. No segundo caso, há uma relação inversa entre aquelas variáveis e, um exemplo são os

Keynesianos que acreditam que a intervenção do Estado na economia é contracíclica, uma vez que se destina à estabilização econômica.

Para a mesma fonte, existem outros autores que organizam as várias teorias explicativas desse aumento do peso do Estado em duas categorias: a do lado da procura, que deriva esse aumento da crescente procura por mais serviços públicos, por parte dos cidadãos; a do lado da oferta, onde o crescimento do Estado é gerado a partir das suas próprias ineficiências e da pressão feita pelos seus agentes, políticos e burocratas, que buscam o aumento de seus próprios níveis de bem-estar.

Independentemente de quão amplo ou restrito deve ser o campo de atuação do setor público, o seu exercício requer a captação e aplicação de recursos. Fazendo uma análise das finanças públicas pode-se saber se o papel do Estado é cumprido de forma eficiente e sustentável.

Segundo Riani (1997, p. 162): “O Governo tem o controlo direto sobre o nível da tributação e dos gastos públicos. A manipulação dos tributos e dos gastos pelo governo para regular as atividades econômicas é conhecida como política fiscal.”

Ainda, segundo Riani (1997, p.163):

Os efeitos dos gastos públicos e da tributação dependem, em primeiro lugar, de quanto é injetado ou retirado da economia. Uma vez que o nível de renda da economia depende da demanda agregada, o governo pode, claramente, aumentar ou diminuir o nível de renda através de sua política fiscal. Assim, a política fiscal torna-se o mais importante instrumento de política do governo. Ela opera de forma a manter um tolerável nível de estabilização econômica e de emprego. A política fiscal relaciona-se também com o ritmo do crescimento, com o padrão de distribuição de renda, com o emprego etc.

A consequência de uma elevação nos gastos do Governo é um aumento no nível de renda, mas isso irá depender da natureza das despesas. O aumento do nível de renda e do produto também pode ocorrer via tributação, onde o Governo deverá diminuir a arrecadação tributária, liberando a renda disponível e levando a um aumento na demanda da economia, ou também via aumento das transferências governamentais, este por sua vez, afeta indiretamente a demanda agregada via renda disponível.

Se a combinação dessas variáveis for eficiente, o nível da atividade econômica poderá aumentar refletindo-se no nível de renda, de emprego, de consumo, de investimentos e na apropriação da renda nacional.

O objetivo do presente trabalho, é fazer uma análise dos indicadores das finanças públicas do estado de Cabo Verde. Resumidamente, é feito um estudo da estrutura da receita e

despesas, com base em alguns dados, de uma série curta, de 2001 a 2006, correspondentes ao primeiro período do então Governo, liderado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), com vista a dar uma visão geral do seu desempenho. Por essas razões o título “Análise das Contas Públicas do Estado de Cabo Verde no período de 2001 a 2006”. Quer assim dizer, que o trabalho trata do setor governamental geral, excluindo os governos locais, os concelhos ou municípios.

Partindo de todos os fatos citados anteriormente, são dadas respostas para as seguintes questões, que servem de fundamento à pesquisa: Como o Governo administrou as finanças públicas do Estado de Cabo Verde no período de 2001 a 2006? Como financiou os gastos? Sua gestão foi responsável?

A avaliação do desempenho da gestão do Governo é feito com base nos resultados nominais e primários das contas públicas, onde se considera como responsável se obtido resultados supervitários (positivos), o que indica que o governo não está se individualizando.

No segundo capítulo, após uma breve introdução no primeiro capítulo, será feita a apresentação do arquipélago (país) em estudo, fazendo a sua contextualização histórica e caracterização, desde o seu surgimento (descobrimto), passando pelos aspectos geográficos, pelas questões sociais e, especificidades de cada ilha, pela dimensão do país, pelas questões econômicas (visão geral do desempenho macroeconômico nos anos anteriores ao referido período de estudo), à sua organização política e administrativa e sistema fiscal. Trata-se de um capítulo importante, por expor uma realidade pouco conhecida a nível internacional e até mesmo nacional.

No terceiro capítulo serão apresentadas as fontes de receitas do Estado, evidenciando de onde vêm os recursos.

No quarto capítulo, será feita uma exposição das despesas do Governo, apresentando a sua classificação por elementos e por departamento orgânico.

No quinto capítulo, serão apresentados os resultados e os saldos das dívidas do setor público, no período em análise.

No sexto capítulo, serão apresentados os resultados das contas públicas, apresentando os resultados nominais, primários e a poupança corrente, de forma a avaliar a situação e o desempenho das finanças públicas do país, ao longo do referido período.

No sétimo e último capítulo, serão apresentadas as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

Para efetuar o referido estudo sobre a nação cabo-verdiana, torna-se importante conhecer e entender a sua evolução e dinâmica no tempo, desde a sua descoberta até o período atual, tanto do ponto de vista histórico, como social, político e econômico.

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo Brito e Semedo (1995), ao sul das Ilhas Canárias e a 500km, a leste do cabo que tem o mesmo nome, situado no Senegal, na costa ocidental da África, margem oriental do Oceano Atlântico, entre os paralelos 14° 48' e 17° 12' latitude norte e meridianos 22° 41' e 25° 23', encontramos o arquipélago de Cabo Verde, ex-colônia portuguesa, durante o período de 1456 a 1975. O pequeno país africano e insular, com uma superfície emersa de 4.033 km², é composto por 10 pequenas ilhas de origem vulcânica e montanhosas (com tamanhos que variam entre 991 km², em Santiago e 35 km², em Santa Luzia), além de vários ilhéus (ilha de dimensão reduzida, ou um rochedo no meio do mar) desabitados. As ilhas estão divididas em dois grupos, segundo sua posição em relação ao vento predominante do nordeste (os alísios): ilhas de Barlavento, compreende todas as ilhas do norte - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; ilhas do Sotavento, compreendendo todas as ilhas do sul - Maio, Santiago, Fogo e Brava.

As principais ilhas são Santiago, onde se situa a sede do Governo e se concentra mais de metade da população total residente no país, e São Vicente onde fica a cidade do Mindelo.

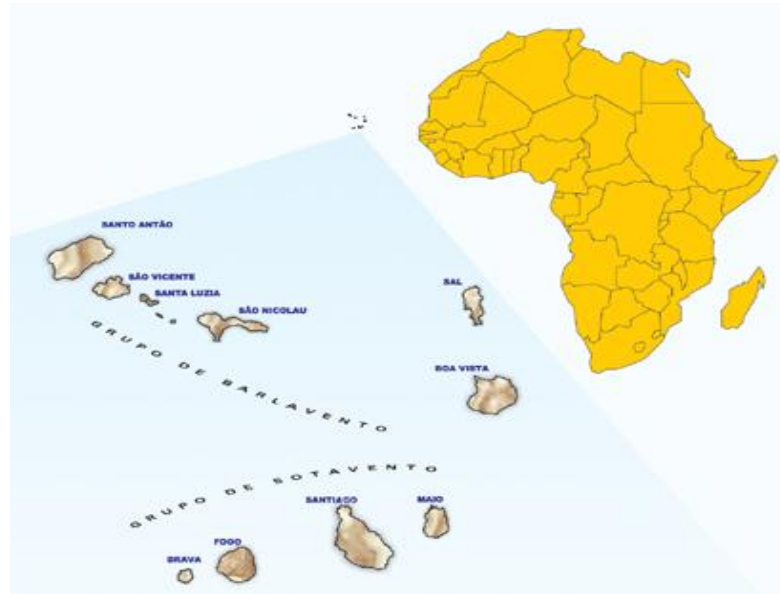


Figura 1 – Mapa de Cabo Verde

Fonte: <www.wikipedia.com>, acessado em 20 de Março de 2009

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) o arquipélago conta com uma população de cerca de 530.000 habitantes (em 2008) e uma densidade populacional de 126 habitantes por km². O censo de 2000 mostra que a população é muito jovem, pois 42% dela têm menos de 14 anos, 53,5% tem idade inferior a 20 anos e ainda mais de 2/3 (68%) da população tem menos de 30 anos de idade. A taxa de urbanização em 2002, segundo o INE, foi de 55,1%.

Destacam-se ainda os desequilíbrios regionais da demografia cabo-verdiana, pois segundo o INE em 2002, há uma concentração da população nas ilhas de Santiago (54,4%), São Vicente (15,2%) e Santo Antão (10,8%), já que são as principais ilhas do país, e juntas representam cerca de 80,4% da população total.

Os cabo-verdianos que se encontram fora do país (emigrantes) superam o número dos habitantes da terra natal, sendo mais de 600.000 indivíduos.

O país teve um PIB per capita estimado em USD 2,924 em 2007 (FMI, Julho 2008) e é classificado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007/08 como um país de desenvolvimento médio humano, ocupando a 5ª classificação mais alta no ranking IDH, no continente africano.

Segundo o Banco Mundial (2004), em comparação com outros países da África, a cobertura dos serviços de saúde em Cabo Verde é boa, a distribuição do pessoal e dos estabelecimentos de saúde pública é, de um modo geral, proporcional à população das várias ilhas, com exceção dos dois hospitais principais.

Ainda segundo o Banco Mundial (2004), os cuidados primários de saúde estão organizados a nível municipal, em 106 postos sanitários e 19 centros de saúde, 8 hospitais regionais oferecem serviços comparáveis aos dos centros de saúde, mas com 2-3 médicos e capacidade limitada em camas. Quando o tratamento não é disponível em Cabo Verde, pode ser ordenada evacuação para Portugal, os custos de transporte aéreo são suportados pelo Governo de Cabo Verde, enquanto os custos em Portugal são absorvidos pelo Governo de Portugal no contexto de um acordo de cooperação bilateral.

Também há um acordo de cooperação com Cuba disponibilizando médicos formados. Esses médicos ficam principalmente nos dois principais hospitais, mas deslocam-se de tempo em tempo a centros de saúde para levar as suas especialidades a áreas mais remotas.

Todos os estabelecimentos de saúde que prestam cuidados primários e secundários de saúde são financiados principalmente pelo Tesouro. Os beneficiários incluem todos os indigentes, trabalhadores por conta própria (incluindo a maioria da população rural) e funcionários públicos. A segunda fonte de financiamento é um esquema de segurança social gerido pelo “Instituto Nacional de Previdência Social” (INPS), outra fonte de financiamento são as taxas pagas pelos utentes.

Os dados do INE indicam que, a taxa anual de crescimento demográfico e a de mortalidade são baixas, comparadas às taxas médias de outros países com rendimento médio. A esperança média de vida é de 62 e 65 anos, respectivamente para homens e mulheres, a taxa de alfabetização tem melhorado consideravelmente atingindo 76,6% da população em 2009.

Com a massificação do ensino, na década de 90, vários edifícios foram construídos, sendo que Praia conta hoje com 8 liceus e todo o país com 36 escolas secundárias. No ensino superior, em 2006, foi instalada a Universidade Pública de Cabo Verde, integrando diversos institutos isolados de diversas áreas de conhecimento.

Cerca de metade da população tem acesso a água potável através da rede pública e a população não ligada à rede de distribuição se abastece através de autotanques. Tanto as cidades como os bairros periféricos estão ligados à rede pública de esgotos, apenas as localidades do interior das ilhas ainda não se beneficiam deste serviço.

O sistema de saúde é beneficiado tanto por hospitais centrais (nas cidades), regionais (nos restantes municípios) e centros de saúde.

Segundo o INE, o número de pobres diminuiu de 163.200 (36,7%) em 2001 para 130.900 (26,6%) em 2007, a diminuição é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural. Constata-se diferenças significativas a nível dos concelhos, e segundo as características sócio-demográficas e económicas do chefe do agregado.

Segundo Brito e Semedo (1995), país se encontra numa zona de climas áridos e semiáridos do Sahara, na faixa de transição entre o deserto e os climas úmidos tropicais, denominada Sahel. Nesta zona há uma longa estação seca, intercalada por um período de três meses húmidos, com as chuvas concentradas em alguns dias. Cabo Verde caracteriza-se por um clima tropical seco, com chuvas irregulares e escassas, de julho a outubro, período mais quente do ano, com uma temperatura média anual por volta dos 25^a C e não desce abaixo dos 20^a C, a amplitude térmica não supera os 10^a C, devido à influência do oceano. A temperatura da água do mar oscila entre os 21^a C em fevereiro e os 25^a C em Setembro.

As frequentes secas têm sido responsáveis pelas fomes que, no passado, dizimaram uma boa parte da população das ilhas. No período de 1941-1943, a ilha do Fogo perdeu 13% da população e São Nicolau 28%, e de 1946-1948, Santiago perdeu cerca de 65%. Devido à crise com fome geral, nesse período, conhecido por “*fome de 47*”, a população do arquipélago desceu a 140 000 habitantes. Muitos habitantes optaram pela emigração.

Ainda segundo Brito e Semedo (1995), arquipélago apresenta um relevo muito diversificado e cada ilha apresenta a sua especificidade. Sal, Boa Vista e Maio, ilhas orientais, também designadas por rasas, apresentam um relevo plano e pequenas elevações, com extensas praias e campos de dunas de areia branca e fina. Nelas, devido ao clima extremamente árido, a vegetação é praticamente inexistente, isso com a exceção da ilha do Maio, que também é plana, mas possui um clima menos árido e um dos maiores perímetros florestais do país, devido ao programa nacional de reflorestamento. As restantes ilhas apresentam relevos muito acidentados, com vales profundos e estreitos, cimos estreitos e alongados, achadas, os cutelos e planaltos que dão origem a uma variação climática que vai do semiárido, no litoral, ao úmido, nas montanhas, e a paisagens de uma beleza impressionante. Na ilha do Fogo, o vulcão cuja última erupção data de 1995, alcança os 2829 metros de altitude. Essas diferenças não se verificam apenas no aspecto físico das ilhas, abrangem uma série de características relativas a cada ilha. Por exemplo, no que diz respeito as suas histórias, gastronomia, música, no crioulo que varia de ilha para ilha, pois, apesar da língua oficial ser o português, a comunicação oral entre os habitantes das diferentes ilhas faz-se em crioulo (dialeto resultante da mistura do português com as línguas das costas da Guiné, ou ainda o português modificado pelos africanos, tanto na morfologia, como na fonética, semântica e sintaxe).

2.2 HISTÓRIA

De acordo com a documentação oficial hoje conhecida, a descoberta das ilhas teve início em 1460, quando o navegador português Diogo Gomes e o genovês António da Noly, a serviço da coroa portuguesa, descobriram as cinco primeiras ilhas (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal). Em 1462 Diogo Gomes descobriu as restantes ilhas (Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão) e os ilhéus Rasos e Brancos. As ilhas, quando encontradas, estavam desabitadas e aparentemente sem nenhum indício de presença humana anterior, apesar de alguns historiadores defenderem a ideia de que o arquipélago já era habitado, baseando-se num documento dos finais do século XVIII segundo o qual na ilha de Santiago vivia uma comunidade de Jalofos, que teria fugido do continente e se fixado nas ilhas.

O povoamento das ilhas, feito por europeus livres e escravos vindos da costa africana para plantar algodão, árvores frutíferas e cana-de-açúcar, teve início em 1462, em Santiago, ilha onde fundaram a cidade da Ribeira Grande (capital do arquipélago durante três séculos), a atual Cidade Velha (estatuto obtido em 1533), que se tornou muito importante para o comércio de escravos. Nela criou-se a Diocese de Santiago.

As ilhas se encontravam na rota de expansão ultramarina, em posição privilegiada, que atribuiu ao arquipélago o papel importante de entreposto comercial escravagista e de aprovisionamento.

Sua economia, centrada no comércio e na navegação, dependia de recursos da costa da Guiné e da criação de gado, tornando o arquipélago num exportador de peles. Entretanto, devido á abolição do tráfico de escravos que fez com que a metrópole diminuísse seu interesse comercial pelo arquipélago, constantes ataques e saques de piratas e dos corsários, à mudança da rota dos escravos, às crises políticas em Portugal, às secas sucessivas e ao maior interesse da coroa por terras mais lucrativas (como o Brasil), no século XVII, começou o declínio da economia do país. Nos finais do século XVIII, as ilhas foram entregues ao total abandono, a pobreza e a desorganização da sociedade durante as crises climáticas levaram à derrocada da sociedade escravocrata. Durante a fome foram libertados muitos escravos, sem alternativas de vida, e os indivíduos livres começaram a embarcar nos navios para fugirem da fome.

É nesse contexto que se originou um novo tipo humano com forte identidade cultural, o cabo-verdiano. Nos finais do século XVIII o crioulo já era a língua falada quer pelos naturais, quer por aqueles que vinham de Portugal. O cabo-verdiano surge da mestiçagem dos

indivíduos de origem africana que vieram para o arquipélago pertencentes a vários grupos étnicos, portadores de hábitos e costumes diferentes que se fundiram com a cultura cristã europeia, principalmente portugueses. Este processo de formação social cabo-verdiano deu-se mais por uma africanização do europeu do que por uma europeização do africano, prova disso é que hoje cerca de 70% da população é mestiça, 28% negra e 2% branca.

Depois de 500 anos como colônia portuguesa, começou a luta pela independência na década de 1950. Com o surgimento dos movimentos de libertação nacional na África, o país vincula-se à luta pela independência da Guiné Portuguesa, atual Guiné-Bissau, formando, em 1956, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral. A unificação com a Guiné Bissau foi rompida em 1981 na seqüência de um golpe de estado na Guiné Bissau. Com isso o PAIGC em Cabo Verde se tornou o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) que governou o país por cerca de quinze anos, tendo como prioridade criar as bases para o desenvolvimento da nação, atendendo as áreas de educação, saúde e infra-estrutura. Ficou conhecido como regime de partido único de tendência socialista, pois não era permitida a existência de outros partidos políticos, mas não tinha nenhuma relação com a ditadura.

O regime de partido único é abolido em 1990, quando surge o partido do MPD (Movimento para Democracia), liderado pelo Dr. Carlos Veiga, que ganhou as eleições e apostou na abertura da economia cabo-verdiana aos investidores estrangeiros. Também, alguns partidos que já existiam ganharam visibilidade como, por exemplo, União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), como também surgiram outros partidos políticos como o Partido Social Democrático (PSD), Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD).

Após 10 anos o MPD é derrotado pelo PAICV nas eleições de 2001, o qual é reeleito em 2006, liderado pelo Dr. José Maria Neves (atual Primeiro Ministro) apoiado pelo comandante Pedro Pires (atual Presidente da República).

Cabo Verde tornou-se independente a 5 de Julho de 1975. O arquipélago hoje é uma república soberana, com regime multipartidário e organização democrática parlamentarista (com alguma descentralização interna a nível autárquico), assegura o respeito à dignidade da pessoa humana e garante constitucionalmente a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça.

As eleições são presidenciais e legislativas, sendo que o Presidente da República e os deputados são eleitos para mandatos de cinco anos. O poder executivo é exercido pelo Primeiro Ministro e pelo Conselho de Ministros.

Conta com uma Constituição da República desde 25 de Novembro de 1992 e tem como símbolos nacionais a bandeira, o hino e as armas.

O Poder Jurídico se baseia no Direito Romano, há uma separação da Igreja e do Estado.

O território está dividido em 22 concelhos (Municípios) e 32 freguesias. Antes de 2005 contava com 17 concelhos, após o primeiro semestre de 2005 foi aprovada pela Assembleia Nacional (Parlamento) Cabo-verdiana a constituição de mais 5 concelhos, totalizando os seguintes 22 municípios: Boa Vista, Brava, Maio, Mosteiros, Paul, Porto Novo, Praia, Ribeira Grande, Sal, Santa Catarina, Santa Cruz, São Domingos, São Filipe, São Miguel, São Nicolau, São Vicente, Tarrafal, Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina do Fogo e Tarrafal de São Nicolau.

Existem 5 cidades: Praia na ilha de Santiago, Mindelo na ilha de São Vicente, São Filipe na ilha do Fogo, Assomada no conselho de Santa Catarina, ilha de Santiago e Porto Novo na ilha de Santo Antão. Mas a capital Praia (ilha de Santiago, no qual se concentra mais da metade da população total residente no país) e Mindelo (ilha de São Vicente) são as duas cidades principais.

2.3 ASPETOS ECONÔMICOS DE CABO VERDE

Cabo Verde possui uma pequena economia aberta, cada vez mais globalizada, aonde a moeda nacional é o escudo (ECV), fortemente dependente do comércio e das ajudas externas (que vem reduzindo ao longo dos anos), assim como das remessas dos emigrantes, pois conta com uma base produtiva pouco desenvolvida. O Governo é muito ativo e importante na vida econômica do país, procurando satisfazer as necessidades e defender os interesses dos cabo-verdianos.

Com apenas 35 anos de independência a nação cabo-verdiana sempre sofreu com uma série de limitações econômicas estruturais que dificultam o seu processo de desenvolvimento. Citam-se como exemplos: a existência de fracos recursos naturais; crescimento demográfico; reduzida dimensão territorial aliada à insularidade e à descontinuidade territorial, assim como às secas e ao diminuto potencial de terras cultiváveis; escassez de recursos hídricos; reduzido mercado de trabalho; pobreza; heranças do modelo colonial de desenvolvimento. Outro

desafio é a criação de um ambiente legal e institucionalmente favorável ao desenvolvimento das atividades econômicas.

O Governo, cada vez mais, tem desempenhado um papel de promotor e regulador da atividade econômica. Desde a independência até 1991, com a abertura da economia ao exterior, cabia ao Estado desenvolver toda a atividade comercial, industrial e serviços importantes para o desenvolvimento do país, cabendo aos privados um reduzido papel de agente econômico. O Estado detinha ainda uma grande posição nos serviços financeiros, transporte, construção e turismo. Com a política de abertura econômica, desde 1991, essas funções passaram progressivamente para os investidores privados nacionais e estrangeiros.

O crescimento econômico, dinâmico e robusto, apresentado por Cabo Verde nos últimos anos (refletindo-se numa melhoria significativa da situação do mercado de trabalho, traduzida na redução da taxa de desemprego) tem sido sustentado por políticas macroeconômicas sólidas e justificado pelo elevado desempenho do turismo, das telecomunicações, da construção civil, do comércio e dos serviços governamentais. O setor privado vem demonstrando boa dinâmica na economia do país para o crescimento dessas áreas, possibilitando assim a canalização dos investimentos públicos para sectores prioritários, como a esfera social, as infra-estruturas e o sector energético, que servirão de âncora ao desenvolvimento do sector privado.

Segundo o Banco Mundial (2004), durante os anos 90 o desempenho macroeconômico foi consistente, com um crescimento real anual acima de 5% em média. O défice da balança de transações correntes (mais de 10% a.a.) e a estabilidade da taxa de câmbio foram financiados e sustentados por um alto nível de remessas (20% do PIB) e poupanças dos emigrantes.

Segundo o INE, em 2002 o PIB per capita foi de USD 3.233 e o crescimento anual foi de 6%. A taxa de inflação em Cabo Verde é irregular, mas nos últimos anos a situação macroeconômica tem-se caracterizado por uma baixa taxa de inflação e segundo os dados estatísticos de 2002 a taxa de inflação foi de 4%.

Os principais setores e sub-setores da economia para a formação do PIB em 2005, segundo dados do Banco de Cabo Verde (2005), são: o setor terciário (comércio; serviços: 52,3%; turismo: 18,3%); comunicações (pela sua dinâmica), construção civil (9,2%); agricultura, pecuária, silvicultura (4,8%); pescas (0,8%). A indústria (7,0%) não ocupa mais do que 4% da população ativa e concentra-se na Praia e no Mindelo.

Grande parte da população se dedica ao setor primário, porém a produção de bens alimentares é insuficiente devido às condições climáticas desfavoráveis. Já os recursos do mar

são importantes, mas a atividade é pouco desenvolvida apesar do potencial e da abundância de recursos. A economia depende muito das importações e, mais de 80% daquilo que se consome no país é importado, sendo Portugal um dos parceiros mais importantes.

As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata doce e a mandioca. No setor industrial podemos destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal, não descurando o artesanato.

Os principais produtos de exportação são: a banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções.

A moeda corrente é o Escudo de Cabo Verde que tem a sua estabilidade garantida pelas remessas dos emigrantes, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior.

Há entre Cabo verde e Portugal um acordo de paridade cambial fixa que estipula a convertibilidade do escudo cabo-verdiano face ao Euro (€1= ECV 110,265).

Apesar dos já mencionados pontos de estrangulamento, a nação possui potencial para desenvolver com base em setores como: o turismo que pode dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, já que o setor está crescendo muito dado que as condições geográfica e climática permite o seu desenvolvimento e atrai investimento externo; indústria de pesca, para o consumo interno e exportação; produção agricultura, para abastecer o mercado interno e diminuir as importações; pequenas indústrias para o consumo interno e assim reduzir importações dos produtos portugueses; construção civil; investimentos estrangeiros diretos produtivos; novas estratégias de cooperações internacionais para o desenvolvimento nacional; etc.

Internacionalmente Cabo Verde tem uma imagem de um país bem administrado politicamente, apesar de dispor de poucos recursos. O ritmo de crescimento económico e a estabilidade política, desde finais da década de 80, permitiram ao país aumentar o nível de confiança junto dos investidores externos e das organizações internacionais.

Além da ajuda das organizações internacionais como o BAD (Banco Mundial, Banco Africano para o Desenvolvimento) e a União Europeia, o país mantém negociações com o FMI (Fundo Monetário Internacional), visando inclusive o saneamento da dívida pública do país que, é membro da OMC (Organização Mundial do Comércio).

O Governo fez algumas mudanças na estrutura do funcionamento da economia desde 1990 com a liberalização económica, promovendo incentivos na área económica de forma a

criar um ambiente propício ao estabelecimento de negócios, atrair investimentos externos e entrar em diversos mercados internacionais através de acordos.

2.4 SISTEMA FISCAL EM CABO VERDE

O sistema fiscal constitui um dos meios de assegurar o desenvolvimento do aparelho estatal, isto é, satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas (por meio da cobrança de impostos, proporcionando rendimentos fiscais) de forma a alcançar os objetivos da política econômica e social do Estado e proporcionar uma repartição mais justa dos rendimentos e da riqueza, em nome da coesão social. Para se alcançar a justiça fiscal, é necessário respeitar alguns princípios: o princípio da legalidade, o princípio da generalidade tributária e o princípio da capacidade fiscal.

Existem em Cabo Verde dois níveis de Governo, o Central e o Local. A competência tributária é do Governo Central, com predominância da legislação única, controle fiscal centralizado e o Congresso Nacional é quem define o regime de distribuição: seletiva, relativa, autonomia.

O Governo Local tem competência tributária limitada e faltam, nos municípios, estruturas administrativas e técnicas para executar a arrecadação tributária, por exemplo.

Os impostos são criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes. A lei da Assembléia Nacional nos termos do artigo 175º alínea (q), da Constituição da República, define as Bases do Sistema Fiscal assim como a criação, incidência e taxas dos impostos e o regime de garantias dos contribuintes.

Em Cabo Verde, a origem do sistema fiscal remonta à época colonial, era composto por vários impostos cedulares: contribuição industrial em 1926, o imposto de selo em 1930, contribuição predial e contribuição de juros em 1933, imposto de defesa em 1947, etc. De 1963 a 1992, foi alargada a base tributária e foram criados novos impostos; em 1984 foi aprovado o Plano Nacional de Contabilidade.

O país passou por várias mudanças no Estado e na Administração pública, desde 1990 com a abertura política, proporcionando uma transição de uma economia estatal (1975 a 1989) para uma economia de mercado (1990 a 2008) assente na iniciativa privada. Com a reestruturação do sistema fiscal, buscou-se regularizar a entrada das receitas nos cofres do

Estado por forma a suportar as despesas públicas do país e implementar um sistema tributário justo e igualitário, assim como melhorar o ambiente econômico em Cabo Verde.

Segundo Tavares (2008, p. 12-13):

Uma das primeiras reformas do sistema fiscal em Cabo Verde foi datada dos anos de 1960, a quando da formação de Zona de Livre Comércio empreendida, pelo Portugal, nas colônias ultramarinas portuguesa na África. No período, a base de arrecadação tributária, era a importação, ou seja, os tributos aduaneiros eram importantes para a colônia portuguesa. A reforma, focalizada nos impostos indiretos, dos anos de 1960 ficou conhecido como Reforma no sistema Fiscal Colonial, com o objetivo de formar uma ZONA de livre comércio envolvendo Portugal Metropolitano e as Províncias Ultramarinas Portuguesas.[...] Mas, somente com a vinda das reformas dos anos de 1990, os impostos passaram a ser um importante instrumento para o desenvolvimento do país. Pois, além de criar mais fontes de receitas, ampliaram a base de tributação (caso do IVA) com a incorporação dos serviços que, em Cabo Verde vem crescendo e representa, em média, 30% do PIB. [...] A década de 1990 foi marcada pela criação de novos impostos que, substituíram o sistema tributário e fiscal colonial. Também, foram implementadas novas regras, novas formas de gestão, acordos de dupla tributação, benefícios fiscais; etc. Essas reformas advêm juntamente com as reformas políticas dos anos 1990, [...] Todas essas reformas foram fundamentais para associar a questão fiscal e tributária, ao desenvolvimento do país onde as demandas sociais são importantes.

Entre 1992 e 1993 foram aprovados o Código Nacional Tributário e o Código de Processo Tributário; e em 1995 foram criados as taxas ecológicas sobre embalagens e contentores não reciclados importados.

A partir de 1996 foram intituídas três diferentes categorias de tributação: Tributos sobre os rendimentos, inclui o Imposto Único sobre o Rendimentos (IUR) que incide sobre pessoas singulares, pessoas coletivas e equipamentos; Tributação sobre o Patrimônio que inclui o Imposto Único sobre Patrimônio (IUP); Tributação sobre a Despesa/Consumo, inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA, em 2002) e o Imposto sobre Consumos Especiais (ICE, em 2003).

O Sistema Fiscal de Cabo Verde sanciona, por convenção com Portugal, o direito a evitar a dupla tributação referente ao Imposto sobre Rendimentos (IUR vs IRS e IRC) e a Derrama (imposto repartido pelos contribuintes proporcionalmente aos seus rendimentos).

A implementação do IVA implicou em uma reformulação da pauta aduaneira, foi eliminado o Imposto de Turismo e os Emolumentos Gerais Aduaneiros.

Segundo, ainda Tavares (2008, p. 17):

O IVA destina-se a ser suportado pelo consumidor final e, os sujeitos passivos do direito (IVA) são os operadores econômicos que, tem mero papel de cobradores por conta do Estado. Portanto, IVA é um Imposto Geral de Consumo que incide sobre generalidades dos bens e serviços, tanto produzido no país quanto à importação dos mesmos. O IVA, como fonte da receita produtiva, é importante para a gestão/política econômica do país, uma vez que, contribuiu para o alargamento da base.

O IVA é visto como uma fonte de receita produtiva, como um instrumento de tributação neutro a nível interno e internacional e como um imposto que se autopolicia graças ao mecanismo da liquidação-dedução.

O IVA é importante não só por aumentar a base tributária e a sua arrecadação, mas também pelo seu papel importante em termos de avanços institucionais: demanda novas estruturas para a gestão tributária e reformas no setor público.

3 ANÁLISE DAS RECEITAS

As diferentes contas da receita, cada uma com uma origem e função, constituem os meios responsáveis pelo financiamento dos gastos planejados pelo Governo em serviços públicos e na manutenção do todo encarregado de administrá-los ou implementá-los.

As despesas tornam-se em um importante instrumento de política pública, porém para o seu financiamento é fundamental um planejamento adequado das receitas por estarem sujeitas às oscilações das variáveis econômicas, caso contrário o setor público pode incorrer em desequilíbrio financeiro.

Com a análise das receitas em comparação com as despesas, pode-se avaliar se, do ponto de vista fiscal, o Governo é responsável. Para isso, torna-se necessário a transparência dos atos do setor público, por meio da disponibilidade de informações que, após serem trabalhadas e interpretadas, nos permitem fazer um diagnóstico do desempenho do ente público.

Segundo o Parecer do Tribunal de Contas (2005), a Constituição da República de Cabo Verde determina que a Assembleia Nacional aprove anualmente a proposta de Orçamento do Estado, apresentada pelo Governo, onde constam as opções de gestão racional dos recursos financeiros do Estado. Pela lei, as receitas do Estado de Cabo Verde são arrecadadas por três serviços intervenientes no circuito da liquidação, cobrança e contabilização dessas receitas: A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, a Direcção-Geral das Alfândegas e a Direcção-Geral do Tesouro.

Neste capítulo serão analisados a composição e o comportamento, ao longo do primeiro mandato do governo do PAICV, 2001 a 2006, das receitas do Estado de Cabo Verde através dos indicadores das finanças públicas. Porém, para alguns índices foram obtidos séries mais longas a título de esclarecimento.

Segundo o classificador econômico da receita (2010), ela subdivide-se em duas grandes categorias: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As Receitas Correntes destinam-se à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos da administração direta e indireta, que são as Despesas Correntes. Têm origem na Receita Fiscal (impostos diretos e impostos indiretos) e na Receita não Fiscal (multas e outras penalidades, taxas e preços públicos, transferências correntes, etc.).

As Receitas de Capital atendem às despesas da administração direta ou indireta, com o objetivo de investir em bem de capital que contribuirá para a geração de outros bens ou

serviços que integram o patrimônio público (que são as Despesas de Capital) e ao superávit do orçamento corrente. São constituídas pelas Imobilizações Financeiras, Transferências de Capital, etc.

Antes de prosseguir com a análise, de forma a melhorar a compreensão do que será aqui tratado, é apropriado apresentar as informações referentes ao desempenho orçamental dos anos anteriores ao primeiro mandato do Governo do PAICV.

Tabela 1 - Desempenho Orçamental (% do PIB)

	1998	1999	2000	2001	2002
Déficit orçamental (excl. donativos)	17.1%	17.5%	26.0%	9.2%	10.2%
Despesa total	36.3%	38.5%	47.2%	31.3%	34.3%
Receita total (excl. donativos)	19.2%	21.0%	21.2%	22.2%	24.1%
Por memória					
Donativos	13.0%	7.2%	6.1%	4.9%	8.3%
PIB nominal (milhões de contos)	52.9	59.8	63.6	67.8	72.2

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2004, p. 4

Segundo o Banco Mundial (2004), Cabo Verde apresentou um grande e insustentável aumento no seu déficit orçamental em 1999 e 2000. Atingiu os 26.0% do PIB, excluindo donativos, em 2000, pois aumentaram os custos de reestruturação associados às privatizações, houve um aumento do preço internacional do petróleo e os subsídios do governo aos distribuidores aumentaram para sustentar um preço interno de retalho fixado a um nível baixo. Após as eleições de 2001 o novo governo recomeçou a reestruturação dos equilíbrios macroeconômicos e orçamentais, negociando com os seus parceiros externos e tomando medidas de ajustamento orçamental (foram aumentadas os preços internos dos combustíveis e contidas as despesas extraordinárias), passando para um déficit orçamental de 10,2% % do PIB, em 2002.

Atualmente a posição orçamental do governo é mais forte, porém, a capacidade de prover serviços públicos básicos e de realizar os seus objetivos de desenvolvimento foram afetadas (dada as apertadas restrições orçamentais) e surgiram outras implicações como a

transferência do ônus da acumulação da dívida do passado para as gerações futuras e foi afetada também a capacidade de desenvolvimento econômico. O governo dá uma atenção crescente à provisão de bens públicos, procurando uma alocação mais eficiente das despesas públicas, que constitui um desafio para a administração que precisa ser seletivo.

Dando continuidade à análise das receitas, a tabela a seguir reflete as principais receitas da administração central de acordo com a estrutura mencionada anteriormente.

Tabela 2 - Principais Receitas da Administração Central (Milhões ECV)

Conta	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1. Receitas Fiscais	12.645	15.186	15.141	16.637	18.539	22.806
Impostos Diretos	4.437	5.506	5.147	5.395	5.815	6.921
IUR	4.437	5.506	5.147	5.395	5.815	6.921
Impostos Indiretos	8.208	9.681	9.994	11.242	12.724	15.884
IVA	0	0	0	5.592	6.552	8.439
Imp.Trans. Internac.	7.389	8.672	9.037	3.977	4.231	4.889
2. Rec. não Fiscais	2.027	2.003	2.036	2.105	2.880	2.920
Rec. Corr. Totais	14.671	17.189	17.177	18.741	21.420	25.725
3. Rec. de Capital	64	8	19	14	817	549
Rec. Orç. Totais	14.735	17.197	17.196	18.755	22.236	26.274
Donativos	3.553	6.319	4.856	7.360	6.439	6.291
Transf. de OFN	11	0	40		171	109
Receitas Totais	18.299	23.516	22.092	26.116	28.846	32.674
PIB	69380	72758	79527	82.086	89234,05	105625

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério das Finanças.

No quadro acima se encontra reflectido a execução das principais receitas da administração central, de 2001 a 2006, por categorias económicas.

Como se pode observar, as receitas arrecadadas atingiram um montante de ECV 18.299 milhões em 2001 (equivalente a 26,38% do PIB) e no ano de 2006 chega aos ECV 32.674 milhões (equivalente a 30,93% do PIB), apresentando uma variação de 78,56%, com uma maior participação das Receitas Fiscais (visualizado no gráfico 1), nomeadamente dos Impostos Indiretos (a participação do IVA ultrapassa a dos Impostos sobre Transações Internacionais a partir de 2004, ano em que foi criado).

Grande parte das receitas do Estado são Correntes, que permite financiar parte dos serviços e bens públicos com receitas próprias ou internas. De 2001 a 2006, as Receitas Correntes aumentaram ECV 11.054 milhões, uma variação de 75,35%, contribuindo para superar a situação de défice orçamental deixada pelo governo anterior.

O gráfico seguinte permite-nos visualizar o nível de desempenho das principais receitas por componentes.

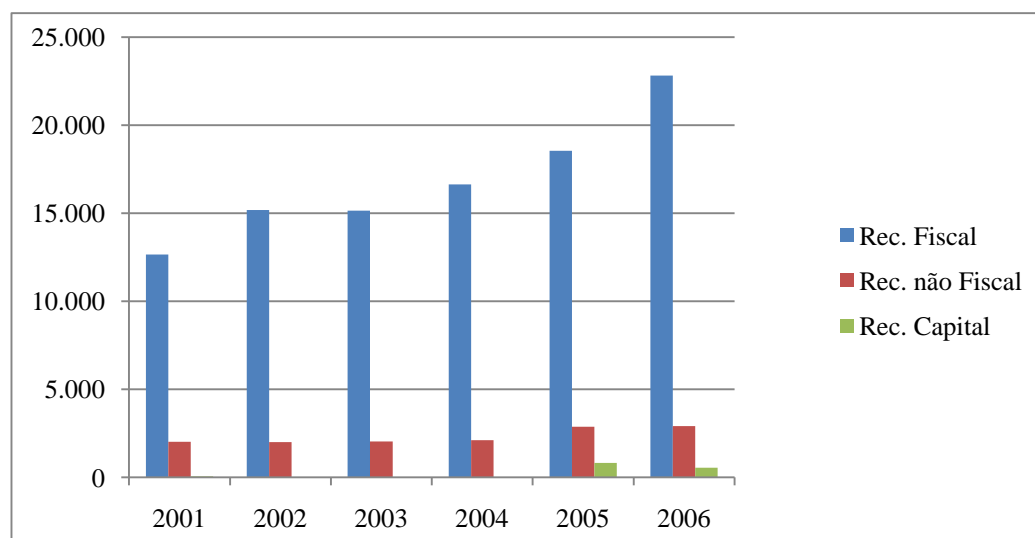


Gráfico 1 - Evolução das Principais Receita

Fonte: elaborado pela autora com base na tabela 2

O gráfico acima indica uma maior participação da Receita Fiscal (que apresenta uma tendência crescente a partir de 2004) no total da arrecadação, seguido pela Receita não Fiscal e por último uma fraca ou quase inexistência das receitas de capital.

A tabela seguinte demonstra a participação das diferentes rubricas da receita no PIB.

Conta	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1. Receitas Fiscais	18,23	20,87	19,04	20,27	20,78	21,59
Impostos Diretos	6,40	7,57	6,47	6,57	6,52	6,55
IUR	6,40	7,57	6,47	6,57	6,52	6,55
Impostos Indiretos	11,83	13,31	12,57	13,70	14,26	15,04
IVA	0,00	0,00	0,00	6,81	7,34	7,99
Imp.Trans. Internac.	10,65	11,92	11,36	4,84	4,74	4,63
2. Rec. não Fiscais	2,92	2,75	2,56	2,56	3,23	2,76
Rec. Corr. Totais	21,15	23,62	21,60	22,83	24,00	24,36
3. Rec. de Capital	0,09	0,01	0,02	0,02	0,92	0,52
Rec. Orç. Totais	21,24	23,64	21,62	22,85	24,92	24,87
Donativos	5,12	8,69	6,11	8,97	7,22	5,96
Transf. de OFN	0,02	0,00	0,05	0,00	0,19	0,10
Receitas Totais	26,38	32,32	27,78	31,81	32,33	30,93
PIB	69380	72758	79527	82.086	89234,05	105625

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 2

Em termos de percentuais do PIB, a Receita Total aumentou 4,55 pontos percentuais. Houve uma variação média anual positiva de 20,28% da receita (apesar de uma variação anual da receita negativo entre 2002 e 2003 e depois entre 2005 e 2006) e um crescimento médio anual de 44,46% do PIB.

Tabela 4 - Receita Pública (% da Receita Total)

Conta	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1. Receitas Fiscais	69,10	64,58	68,54	63,71	64,27	69,80
Impostos Diretos	24,25	23,41	23,30	20,66	20,16	21,18
IUR	24,25	23,41	23,30	20,66	20,16	21,18
Impostos Indiretos	44,85	41,17	45,24	43,05	44,11	48,61
IVA	0,00	0,00	0,00	21,41	22,71	25,83
Imp.Trans. Inter.	40,38	36,88	40,91	15,23	14,67	14,96
2. Rec. não Fiscais	11,08	8,52	9,22	8,06	9,98	8,94
Rec. Corr. Totais	80,17	73,10	77,75	71,76	74,26	78,73
3. Rec. de Capital	0,35	0,03	0,09	0,05	2,83	1,68
Rec. Orç. Totais	80,52	73,13	77,84	71,82	77,08	80,41
Donativos	19,42	26,87	21,98	28,18	22,32	19,25
Transf. de OFN	0,06	0,00	0,18	0,00	0,59	0,33
Receitas Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PIB	69380	72758	79527	82.086	89234,05	105625

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 2

Em 2001 as receitas correntes (no valor de ECV 14.671 milhões) representavam 80,17% do total da Receita (no valor de ECV 18.299 milhões), porém diminuiu para 73,10% em 2002 e alcançou os 78,73% em 2006. Já a Receita de Capital se mostrou pouco relevante frente à Receita Total, tendo uma participação de 0,35% em 2001 e atingindo o seu maior valor na participação em 2005 quando chegou a 2,83% no total das receitas. Dessa forma fica evidenciado que a captação de recursos via Imobilizações Financeiras; Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas; Transferências de Capital e outras receitas de Capital não são predominantes.

Dentro das receitas correntes, mais uma vez fica claro que a de maior representatividade é a Receita Fiscal. Podemos então dizer que a grande dependência do Estado em relação à Receita Corrente é a Receita Fiscal.

A participação dos donativos no total da receita, ao logo do período em análise, foi de 23% em média. A sua participação foi maior em 2002 e 2004, quando atingiu os 26,87 e 28,18 pontos percentuais respectivamente, mostrando que boa parte da receita total provém dos donativos.

O gráfico a seguir mostra a evolução da Receita Corrente (Receita Fiscal e não Fiscal) e da Receita de Capital em termos de participação no total, com destaque para a Receita Fiscal.

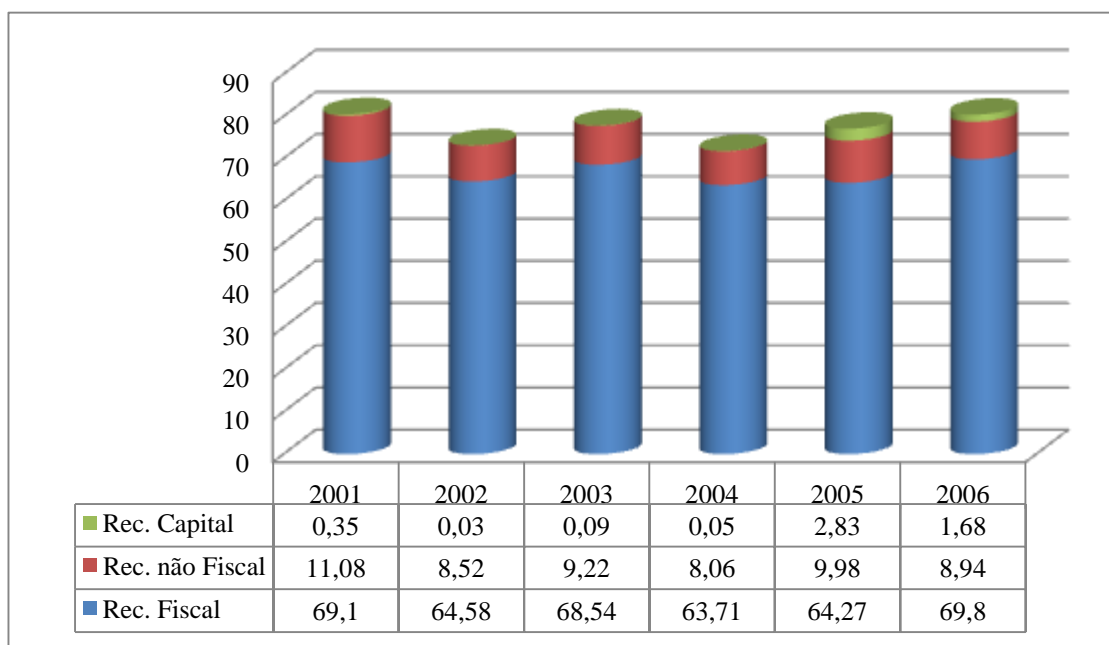


Gráfico 2 - Participação das Principais Receitas na Receita Total (%)

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 4

3.1 ANÁLISE DA RECEITA CORRENTE – FISCAL E NÃO FISCAL

Segundo o Parecer do Tribunal de Contas (2005), as Receitas Correntes dividem-se em receitas fiscais e não fiscais, e designam as receitas que aumentam o património não duradouro do Estado, isto é, os bens que normalmente se esgotam dentro do período orçamental, é o caso das receitas dos impostos. Em Cabo Verde, a maior parte das receitas correntes é obtida através da Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), e da Direção Geral das Alfândegas (DGA).

Conforme visto anteriormente, as principais receitas correntes são as Receitas fiscais com maior participação dos Impostos Indiretos (destaque para o IVA e Impostos sobre transações Internacionais).

3.1.1 Receitas fiscais

As Receitas Fiscais são as que mais contribuem para o total das receitas do Estado de Cabo Verde. De um modo geral, ao longo dos anos ocorreu uma evolução crescente das receitas fiscais, principalmente devido às reformas introduzidas no sistema fiscal cabo-verdiano nos últimos anos, isso fez com que, a fuga e a evasão fiscal diminuam-se significativamente tornando mais eficaz a arrecadação das receitas.

Através da tabela a seguir, será analisado o comportamento dos principais tributos do Estado e da sua participação na economia por meio da carga tributária, dividindo a Receita Fiscal pela PIB.

Tabela 5 - Arrecadação Fiscal e Carga Tributária (Milhões de ECV)

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Impostos Diretos	4.437	5.506	5.147	5.395	5.815	6.921
IUR	4.437	5.506	5.147	5.395	5.815	6.921
Impostos Indiretos	8.208	9.681	9.994	11.242	12.724	15.884
IVA	0	0	0	5.592	6.552	8.439
Imp. bens e servi.	164	221	214	827	994	1.382
Imp.Trans. Inter.	7.389	8.672	9.037	3.977	4.231	4.889
Imp. de Selos	599	730	681	733	810	1.040
Outros impostos	56	59	62	113	137	135
Receitas Fiscais	12.645	15.186	15.141	16.637	18.539	22.806
PIB	69380	72758	79527	82.086	89234	105625
Carga Tributária	18,22%	20,87%	19,03%	20,03%	20,77%	21,59%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério da Fazenda

A tabela acima mostra um aumento no total dos Impostos Diretos (constituído pelo IUR), de 2001 para 2006, na ordem de 2.484 milhões de escudos, que equivale a uma variação de 55,98%. Para os Impostos Indiretos o aumento foi maior, atingiu os 7.676 milhões de escudos, para o mesmo período, uma variação de 93,51%.

Até 2003 não se observa grandes alterações nos pesos das rubricas da receita, porém com a instituição do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a proporcionalidade existente até então foi alterada. O IVA passa a ter maior peso entre as outras rubricas da receita, a partir de 2004.

Devemos destacar também o bom desempenho do Imposto de Selos e do Imposto sobre bens e serviços, com uma taxa de variação de 73,62% e 742,68% respetivamente. O

Imposto sobre Transações Internacionais apresentou aumento até o ano de 2003, a partir daí até 2006 houve uma redução. Passou de ECV 7.398 milhões em 2001 para ECV 4.889 milhões em 2006, indicando uma taxa de variação de -33,83%.

Podemos ainda observar na tabela 5 a carga tributária (relação da receita tributária com o PIB), que demonstra o peso do setor público na economia do país. Constata-se que aumenta de 18,22% do PIB em 2001 para 21,59% do PIB em 2006, acompanhando as variações do PIB e da receita tributária.

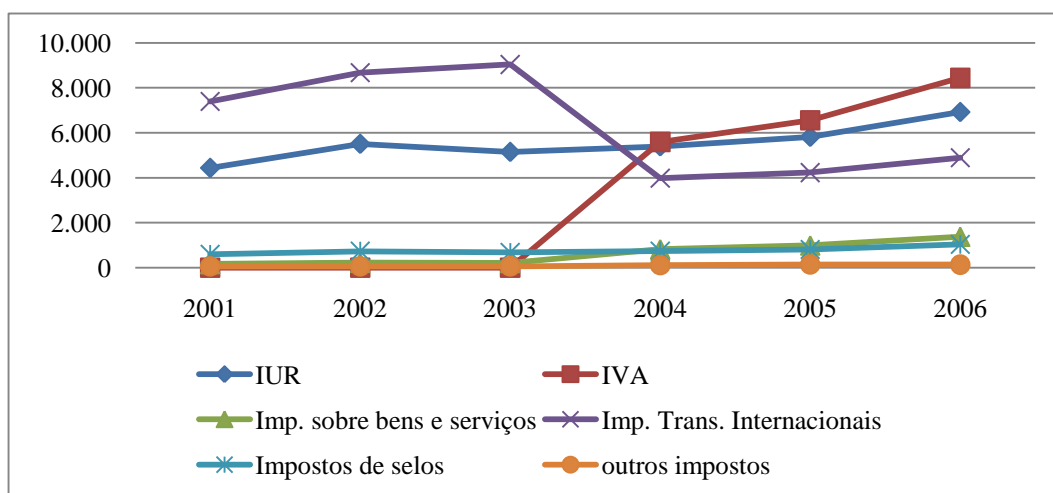


Gráfico 3 – Evolução da Receita Fiscal

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 5

No gráfico acima fica evidenciado o aumento da participação do IVA e uma tendência a aumentar; pode-se também observar uma queda no peso do imposto sobre as transações internacionais, de 2003 para 2004 e uma ligeira recuperação a partir de então. O IUR (Imposto Único sobre o Rendimento) não apresentou grandes variações no decorrer da série, o imposto sobre bens e serviços e o de selos têm uma pequena participação com tendência a aumentar, as outras receitas fiscais (incluem receitas decorrentes de infracções à lei) constituem somente uma diminuta parcela do total das receitas fiscais.

3.1.2 Receitas não fiscais

Em termos de execução houve um aumento progressivo (acumulando um montante de ECV 2.027 milhões em 2001 e ECV 2.920 milhões em 2006), com uma variação de 44,05% de 2001 para 2006.

Tabela 6 - Receita não Fiscal (Milhões de ECV)

Designação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas não Fiscais	2.027,00	2.003	2.036	2.105	2.880	2.920
Taxas, multas e outras penalidades	404	456	652	726	1.669	1292
Ren. de Propriedade/Rend. Financ.	673	741	385	422	95	223
Cotização p/ fundo de previdência	360	322	448	474	533	497
Transferências Correntes e subsid	26	32	18	45	150	91
Vendas de bens e serv. Correntes	25	28	151	48	51	38
Outras Receitas não Tributárias	538	424	383	390	382	778

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério da Fazenda

O gráfico seguinte apresenta o comportamento das Receitas não Fiscais ao longo do período em estudo.

Pode-se observar que a maior fatia dessa receita é dada pelas taxas, multas e outras penalidades, entre 2003 e 2005, porém diminui na sequência. Nos primeiros anos a maior participação era da renda de propriedade que sofreu uma queda acentuada de 2002 a 2005 e se recuperou mostrando uma tendência a aumentar a partir de 2006, assim como as outras receitas não tributárias.

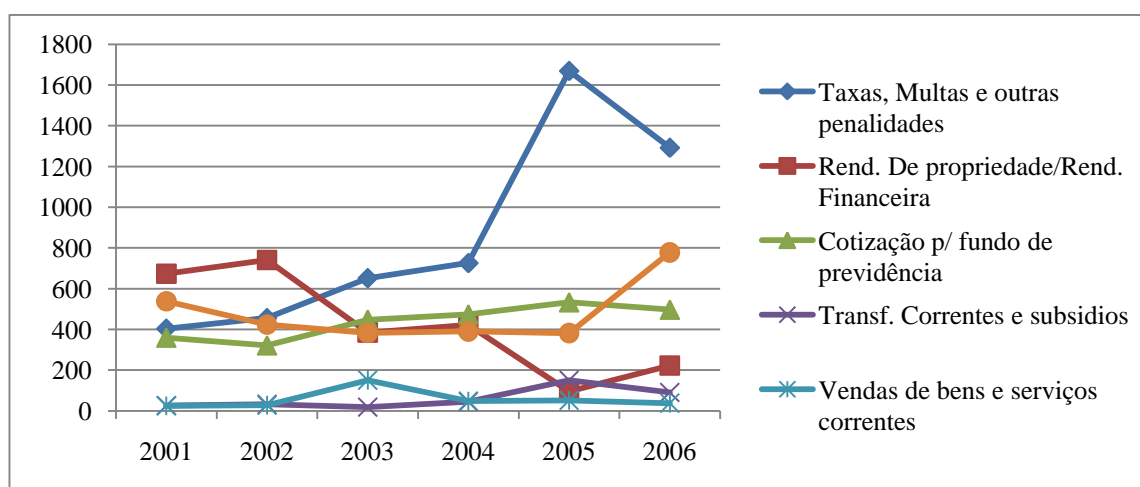


Gráfico 4 - Evolução da Receita não Fiscal

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 6

3.2 ANÁLISE DA RECEITA DE CAPITAL

As Receitas de capital são constituídas essencialmente a partir da alienação de bens de capital, de transferências de capital recebidas e que se destinam a cobrir somente as despesas de capital.

Tabela 7 - Principais Receitas de Capital (Milhões de ECV)

Designação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas de capital	64	8	19	14	817	549
Privatizações					523	
Terrenos					235	509
Outras receitas de capital	64	8	19	14	59	40

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério da Fazenda

De um modo geral, a arrecadação da receita de capital em Cabo Verde não teve um bom desempenho no período em estudo.

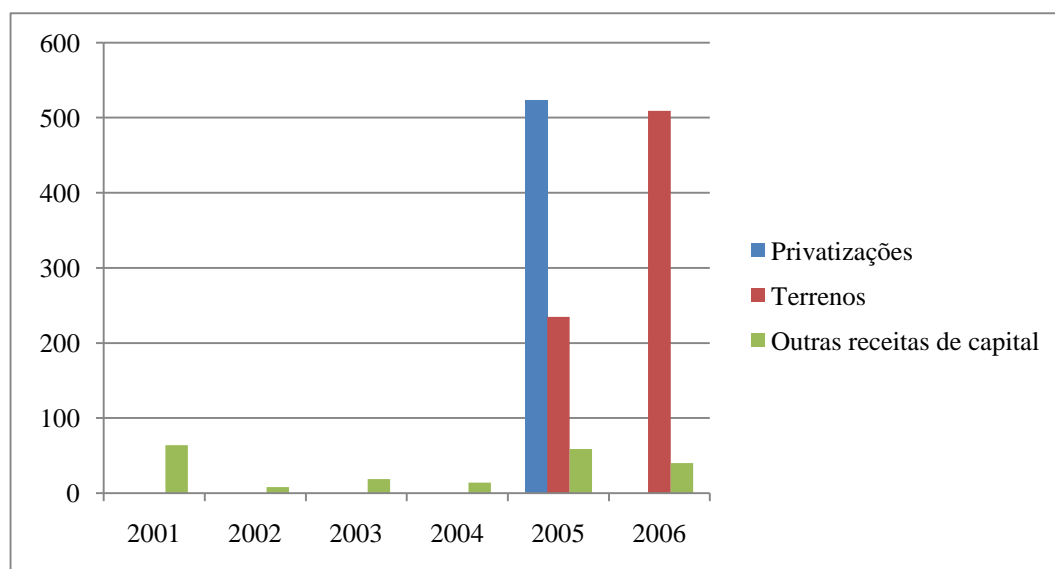


Gráfico 5 - Evolução das Principais Receitas de Capital

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 7

Conforme tabela acima, as Receitas de Capital tiveram um pico em 2005, quando aumentaram as Privatizações, as Imobilizações Corpóreas (principalmente nos terrenos) e das outras receitas, com uma fraca arrecadação até então conforme os números da tabela e visualizado no gráfico acima.

4 ANÁLISE DAS DESPESAS

Feito a análise das receitas do Estado, vamos verificar como o governo utilizou os recursos disponíveis, no período em análise.

Neste capítulo será feita uma análise das despesas correntes, das despesas de capital e das despesas de funcionamento por classificação orgânica executadas no período em análise.

São consideradas despesas públicas todos os gastos feitos pelas entidades públicas na satisfação das necessidades coletivas que não podem ficar a cargo de particulares.

Segundo o Parecer do Tribunal de Contas (2005), em Cabo Verde a lei determina que os Fundos e Serviços Autônomos (FSA) remetam mensalmente à Direção de Contabilidade Pública (DCP) balancetes de execução orçamental de receitas e despesas, com a identificação das respetivas fontes de financiamento, com o objetivo de manter um controlo sistemático da gestão orçamental, sob pena do congelamento imediato da conta. Isso permite que se tenha uma visão integrada da despesa do Estado em cada ano económico. A Constituição da República de Cabo Verde nomeia o Tribunal de Contas como o órgão responsável pela fiscalização da legalidade das despesas públicas e do julgamento das contas que lhe são submetidas pela lei.

O gráfico abaixo demonstra a evolução das despesas por categoria económica e da despesa total ao longo do período em análise.

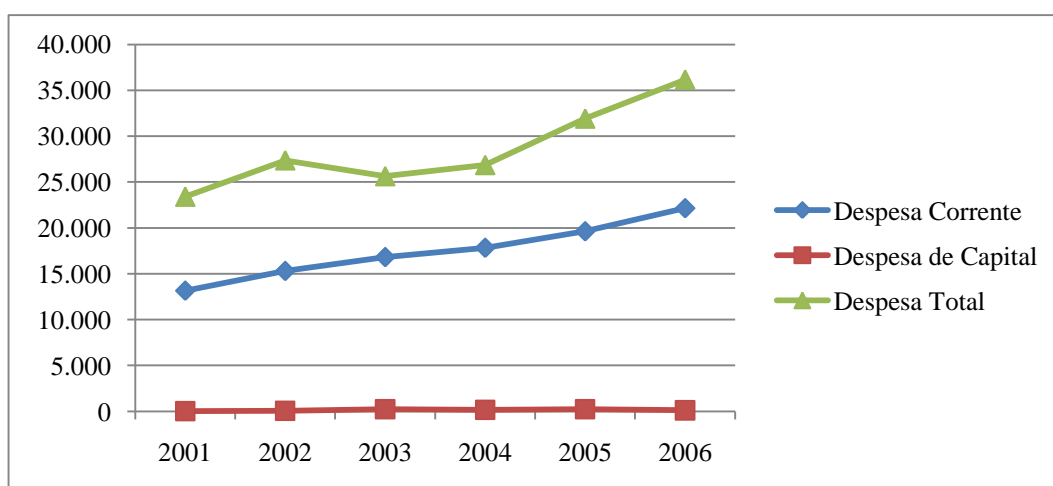


Gráfico 6 - Despesas Total e Despesa por Categoria Económica

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela 8

Pode-se observar que a despesa corrente constitui a rubrica com maior peso no total das despesas realizadas. A despesa corrente e a despesa total apresentam também uma tendência a aumentar.

De 2002 para 2003 houve uma diminuição nas despesas totais por motivos já mencionados no capítulo 2: devido ao défice orçamental apresentado nos anos anteriores, foi preciso medidas de ajustamento orçamental de forma a trazer o equilíbrio às contas públicas, onde o governo implementou um forte programa de contenção da despesa. Isso explica também, pelo menos em parte, a quase inexistência da despesa de capital.

A partir de 2003 as despesas totais aumentaram, pois aumentaram as despesas correntes. Isso se deveu sobretudo à variação positiva das despesas com o pessoal, transferências correntes, aquisição de bens e serviços e pela diminuição das outras despesas correntes, o que será visto nas tabelas a seguir.

4.1 ANÁLISE DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Segundo a Descrição do Código Económico das Despesas (2010), ela divide-se em despesas correntes e despesas de capital. A primeira englobam os gastos que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e destinam ao funcionamento dos serviços públicos nomeadamente os encargos com o pessoal, aquisição de materiais e pequenos equipamentos, juros da dívida pública e as transferências correntes concedidas; a segunda engloba as despesas com aquisição de bens de investimentos, a amortização da dívida pública fundada, empréstimos de retrocessão concedidos, transferências de capital concedidas e outras previstas por lei.

A seguinte tabela resume os principais itens de dispêndio do Estado de Cabo Verde.

Tabela 8 – Principais Despesas da Administração Central (Milhões de ECV)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Desp c/ Pessoal	5.417	5.804	8.526	8.868	9.690	10.491
Aquisição de bens e serviços	293	454	1.426	1.287	1.606	1.646
Juros correntes	1.336	2.162	1.998	2.056	1.927	1.920
Dívida interna	803	1.437	1.478	1.506	1.384	1.398
Dívida externa	533	725	517	550	543	522
Transferências correntes	4.127	5.157	3.525	3.387	3.725	4.855
Subsídios	1.262	1.053	338	595	533	1.949
Outras Despesas Correntes	728	677	1.008	1.641	2.145	1.282
Total das Desp. Correntes	13.163	15.307	16.821	17.834	19.627	22.144
Despesas de Capital	16	52	229	173	231	118
Pagamento de ano anterior	551	1.716	424			201
Desp. Funcionamento	13.730	17.075	17.474	18.007	19.858	22.462
Desp. de investimento	9.680	9.719	8.167	8.845	12.053	13.703
Despesas Totais	23.409	27.364	25.641	26.853	31.911	36.165
PIB	69.380	72.758	79.527	82.086	89.234	105.625

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ministério da Fazenda

Analisando separadamente as despesas correntes pode-se observar que as despesas com pessoal seguido por despesas com aquisição de bens e serviços outras despesas correntes foram as mais expressivas.

O aumento destas duas rubricas foi devido, em parte, a inclusão em 2003 das despesas relativas aos órgãos de soberania e de alguns institutos públicos, também devido à atualização do valor das pensões dos antigos pensionistas, as quais registraram aumentos significativos com efeitos ao nível das despesas com pessoal.

O valor total das despesas realizadas foi de: ECV 23.409 milhões em 2001 (33,74% do PIB) e de ECV 36.165 milhões em 2006 (34,24% do PIB), um aumento de ECV 12.756 milhões que equivale a uma variação de 54,49%.

O total das despesas correntes em 2001 foi de 13.163 milhões de escudos (56,23% do total das despesas) e alcançou os 22.144 milhões de escudos, representando um aumento de 8.981 milhões de escudos, uma variação de 68,23%. Na origem está o aumento das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços.

As despesas de capital totalizaram ECV 16 milhões em 2001, atingiram o máximo em 2005, quando aumentaram as imobilizações corpóreas e as transferências de capital, porém em 2006 diminuiu para ECV 118 milhões com a contenção da despesa na rubrica de imobilizações corpóreas no período em análise.

As despesas de investimento (conta separada das despesas de capital, pois o orçamento de Cabo Verde é dual) apresentaram uma tendência crescente, passando de ECV 9.680 milhões em 2001 para ECV 13.703 milhões em 2006, uma variação de 41,56%. Essas despesas foram financiadas, em grande parte, pelos donativos e empréstimos externos, e foram canalizadas nas infra-estruturas, expansão do sistema educativo, desenvolvimento do setor agrário, entre outros.

As despesas de funcionamento aumentaram cerca ECV de 8.732 milhões de escudos de 2001 a 2006, uma variação de 63,6%. Isso reflete o dispêndio e o pagamento de algumas despesas correntes que aumentaram no período, principalmente as despesas com pessoal e com as transferências correntes.

O aumento das transferências correntes foi consequência do acréscimo dos encargos com pensões de reserva no Estado Maior de Forças Armadas e da transferência aos organismos internacionais para pagamento das quotas, ocorrido no período em análise.

Na tabela a seguir se apresenta as despesas públicas executadas no período, em percentagem do PIB.

Tabela 9 – Despesa Pública (% do PIB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Desp c/ Pessoal	7,81	7,98	10,72	10,80	10,86	9,93
Aquisição de bens e serviços	0,42	0,62	1,79	1,57	1,80	1,56
Juros correntes	1,93	2,97	2,51	2,50	2,16	1,82
Dívida interna	1,16	1,98	1,86	1,83	1,55	1,32
Dívida externa	0,77	1,00	0,65	0,67	0,61	0,49
Transferências correntes	5,95	7,09	4,43	4,13	4,17	4,60
Subsídios	1,82	1,45	0,43	0,72	0,60	1,85
Outras Despesas Correntes	1,05	0,93	1,27	2,00	2,40	1,21
Total das Desp correntes	18,97	21,04	21,15	21,73	21,99	20,96
Despesas de Capital	0,02	0,07	0,29	0,21	0,26	0,11
Pagamento de ano anterior	0,79	2,36	0,53	0,00	0,00	0,19
Desp. Funcionamento	19,79	23,47	21,97	21,94	22,25	21,27
Desp. de investimento	13,95	13,36	10,27	10,78	13,51	12,97
Despesas Totais	33,74	37,61	32,24	32,71	35,76	34,24
PIB	69.380	72.758	79.527	82.086	89.234	105.625

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério da Fazenda

Da leitura da tabela acima, constata-se que a participação das despesas de funcionamento no PIB é ligeiramente maior que a participação das despesas correntes no PIB.

Os investimentos tiveram uma maior participação no PIB em 2001 quando atingiu os 13,95% contra 12,97% em 2006, porém a sua participação no PIB foi menor em 2003 e 2004 quando ficou em torno dos 10%. A maior parte destas despesas foram financiadas por donativos e empréstimos externos, destinadas, sobretudo às áreas de infra-estruturas de transportes, desenvolvimento do sector agrário e expansão do sistema educativo.

A tabela a seguir apresenta as evoluções das principais despesas em termos de participação no total.

Tabela 10 – Despesa Pública Corrente (% de Despesa Total)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Desp c/ Pessoal	23,14	21,21	33,25	33,02	30,37	29,01
Aquisição de bens e serviços	1,25	1,66	5,56	4,79	5,03	4,55
Juros correntes	5,71	7,90	7,79	7,66	6,04	5,31
Dívida interna	3,43	5,25	5,76	5,61	4,34	3,87
Dívida externa	2,28	2,65	2,02	2,05	1,70	1,44
Transferências correntes	17,63	18,85	13,75	12,61	11,67	13,42
Subsídios	5,39	3,85	1,32	2,22	1,67	5,39
Outras Despesas Correntes	3,11	2,47	3,93	6,11	6,72	3,54
Total das Desp. Correntes	56,23	55,94	65,60	66,41	61,51	61,23
Despesas de Capital	0,07	0,19	0,89	0,64	0,72	0,33
Pagamento de ano anterior	2,35	6,27	1,65	0,00	0,00	0,56
Desp. Funcionamento	58,65	62,40	68,15	67,06	62,23	62,11
Desp. de investimento	41,35	35,52	31,85	32,94	37,77	37,89
Despesas Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PIB	69.380	72.758	79.527	82.086	89.234	105.625

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados primários do Ministério da Fazenda

Em relação à composição, no período analisado, as despesas correntes responderam por 56,23% da despesa total (2001), chegando aos 61,23% em 2007. Ao longo do período em análise, as principais despesas do Estado foram: com o pessoal (em média 28,33%) e com as transferências correntes (em média 14,66%).

4.2 ANÁLISE DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

A tabela seguinte descreve a execução da despesa de funcionamento, segundo a classificação orgânica, isto é, mostra as despesas pagas aos diversos ministérios ou outros órgãos estatais equiparados.

Tabela 11 - Despesas por Departamento Orgânico (Milhões de ECV)

Designação	2001**	2002**	2003*	2004*	2005*	2006*
Presidência da República	90	85	92	99	112	101
Assembleia Nacional	297	361	471	521	540	578
Supremo Tribunal de Justiça	-	-	27	21	25	22
Procuradoria Geral da República	-	-	11	21	22	23
Tribunal de Contas	24	39	30	37	40	46
Comissão Nacional de Eleições	-	-	-	-	-	-
Chefia do Governo	909	323	404	354	356	389
Ministério da Cultura	-	-	70	144	104	116
Ministério da Defesa	507	464	565	573	636	626
Ministério da Econ. Cresc. Comp.	-	-	117	119	118	133
Ministério da Educ. e Ensino Superior	3.439	3.553	4.473	4.589	4.951	5.459
Ministério da Justiça	-	-	491	483	516	523
Ministério da Administração Interna	-	-	774	844	1.135	1.116
Ministério da Ref. Estado e Administração Pública	-	903	982	34	32	0
Ministério da Saúde	1.124	1.239	1.414	1.409	1.601	1.724
Ministério das Finan. e da Adm. Pública	5.602	7.962	5.486	6.373	7.471	9.891
dos quais: Encargos Comuns	-	-	4.930	-	7.142	8.724
Ministério das Infra., Transportes e Mar	162	168	282	227	284	363
Ministério do Ambiente e da Agricultura	226	238	495	249	249	457
Ministério do Trabalho e da Família	-	164	183	193	197	164
Ministério dos Negócios Estrangeiros	371	700	686	650	703	702
Ministério da Desc., hab. Ord. do território	-	-	0	0	0	29
Total	13.952	17.525	17.053	16.940	19.092	22.462

Fonte: *dados do Ministério das Finanças na proposta de orçamento do Estado para 2006 e 2009;

**valores arredondados do parecer Tribunal de contas 2001 e 2002

Os Ministérios com maior peso nas despesas foram: Ministério das Finanças e Administração Pública, com uma execução de ECV 9.891 milhões em 2006; Ministério da

Educação e ensino Superior, com um total de ECV 5.459 milhões em 2006 e o Ministério da Saúde alcançando os ECV 1.724 milhões em 2006.

Segundo o Banco Mundial (2004), Cabo Verde tem afetado regularmente uma parte importante do seu orçamento aos sectores sociais. Dos três sectores, a educação teve a percentagem mais alta em todos os anos, com um pico de quase 27% da despesa em 2001 (8.5% do PIB). A saúde teve cerca de 6,5% do orçamento em média, o que representa aproximadamente 2.5% do PIB, com pouca volatilidade. Conjuntamente, estes dois sectores respondem em qualquer ano dado, por não menos de 30% da despesa, ou 11.0% do PIB.

Ainda para o Banco Mundial (2004), o ministério da agricultura e pescas teve menos de 9% do orçamento em média, globalmente a parte da agricultura no PIB tem, contudo mostrado uma tendência crescente de 1998 a 2002 (de 2.6% do PIB a 3.3%) e as despesas com a defesa foram baixas.

5 DÍVIDA PÚBLICA

No presente capítulo será analisada a evolução da dívida interna e externa em relação ao PIB, ao longo do período em estudo.

Segundo o Parecer do Tribunal de Contas (2006), a dívida pública reflete o passivo do Estado resultante do crédito público e da prática de outras operações de crédito como: os avales, os débitos resultantes do crédito administrativo e da assumpção de compromissos em contrapartida de atribuições patrimoniais.

Cabo Verde é um país que apresenta uma forte dependência do financiamento externo e dificuldades na sustentabilidade orçamental. A gestão da dívida, através de política orçamental do Estado e de política monetária do Banco de Cabo Verde, visa à consistência macroeconómica do país, por meio da aplicação do financiamento interno e externo em projetos estruturantes e com alta taxa de retorno para o desenvolvimento do país.

Segundo a mesma fonte, cabe à Direção de Serviço de Operações Financeiras (DSOF), serviço da Direção Geral do Tesouro, a execução de políticas de gestão da dívida traçada pelo governo. A DSOF atua em três áreas, responsáveis pela gestão dos diferentes segmentos da dívida pública: dívida interna, dívida externa e outras operações financeiras (gestão das responsabilidades do Estado pelos avales e empréstimos de retrocessão concedidos, gestão dos processos de isenções e outros).

Ainda segundo o Parecer do Tribunal de Contas (2006), a Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, existente em Cabo Verde, define limites ao endividamento público, por exemplo: 60% do PIB para a dívida pública, interna e externa de curto e médio prazo; fixou o limite de fluxo anual do endividamento interno líquido, para satisfazer a necessidade de financiamento do orçamento, em até 1.712 milhões de escudos; autorizou o Governo a aumentar o endividamento externo, através de utilizações e contratação de novos empréstimos, e em caso de necessidade transitória de tesouraria o governo é autorizado a emitir dívida flutuante, em emissões vivas, sem ultrapassar os 9.414,1 milhões de escudos, em cada momento.

De um modo geral a dívida pública total, apesar de uma tendência à desaceleração nos últimos anos, mantém uma trajetória ascendente em termos absolutos. A dívida pública aumentou de 78% em 1998 para 107 % do PIB em 2001. Embora grande parte dela seja controlável, segundo o documento de 8 de Março de 2004 do Banco Mundial.

A variação da dívida direta do estado é explicada pelas necessidades líquidas de financiamento geradas durante o ano, que resultam não só da gestão orçamental do próprio ano, como também dos encargos decorrentes dos chamados períodos complementares.

Na tabela seguinte estão detalhados a evolução e o comportamento da dívida pública, por fontes credoras interna (bancários e para-bancários), por origem e fontes de financiamento da dívida externa, excluindo-se os Títulos Consolidados de Mobilizações Financeiras (TCMF) do stock global da dívida. Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo.

Tabela 12 - Evolução da Dívida Pública

(STOCK em milhões de ECV)

INSTITUIÇÃO	2002	2003	VAR (%) 03/02	2004	VAR (%) 04/03	2005	VAR (%) 05/04	2006	VAR (%) 06/05	Tvm anual (%)
INTERNA										
SISTEMA BANCÁRIO	16.573,6	16.786,4	1,3	17.484,7	4,2	20.044,4	14,6	19.542,8	-2,5	4,4
BCV	5.302,2	5.659,8	6,7	4.778,6	-15,6	4.778,6	0,0	3.738,6	-21,8	-7,6
BCA	6.521,1	7.253,0	11,2	9.294,7	28,1	10.643,0	14,5	10.625,2	-0,2	13,4
CECV	2.419,9	1.330,9	-45,0	1.030,2	-22,8	2.104,4	104,3	2.686,3	27,7	16,1
TOTTA & AÇORES (BCN)	962,7	886,6	-7,9	962,5	8,6	620,0	-36,6	340,1	-45,1	-20,0
CGD (BIA)	1.367,7	1.656,1	21,1	1.418,7	-14,3	1.896,4	33,6	2.152,6	13,4	13,5
INST.PARA-BANCÁRIAS	5.395,7	6.341,6	17,5	7.303,7	15,2	7.875,9	7,8	9.378,8	19,1	14,9
INPS	4.757,6	5.571,7	17,1	6.536,5	17,3	7.373,9	12,8	8.993,6	22,0	17,3
GARANTIA	127,5	145,0	13,7	150,0	3,4	52,7	-84,9	0,0	-100,0	-36,9
IMP PAR	30,0	85,0	183,3	36,0	-57,6	30,0	-16,7	70,0	133,3	60,6
PROMOTORA	192,7	231,9	20,3	287,7	24,1	120,9	-58,0	7,1	-94,1	-26,9
IFH	1,5	1,5	0,0	1,5	0,0	1,5	0,0	1,5	0,0	0,0
CORREIOS	286,5	306,5	7,0	292,0	-4,7	296,9	1,7	306,6	3,3	1,8
SUBTOTAL INT.	21.969,3	23.128,0	5,3	24.788,4	7,2	27.920,3	-12,6	28.921,6	3,6	7,2
EXTERNA										
Multilateral	30.327,8	32.609,1	7,5	33.771,3	3,6	36.210,0	7,2	38.115,1	5,3	5,9
FAD	9.979,5	10.356,1	3,8	10.513,1	1,5	10.864,7	3,3	10.888,0	0,2	2,2
IDA	15.016,9	16.945,9	12,8	18.013,4	6,3	20.272,7	12,5	22.058,2	8,8	10,1
BADEA	2.081,2	2.185,8	5,0	2.290,7	4,8	2.221,6	-3,0	2.270,5	2,2	2,3
BAD	11,5	0,0	-100,0	0,0		0,0		0,0		
BEI	718,3	599,6	-16,5	478,6	-20,2	381,4	-20,3	281,8	-26,1	-20,6
OPEC	604,2	588,9	-2,5	525,8	-10,7	543,6	3,4	699,5	28,7	4,7
FIDA	1.047,3	1.093,3	4,4	1.144,5	4,7	1.160,0	1,4	1.189,9	2,6	3,3
NDF	277,0	284,6	2,7	284,6	0,0	279,0	-1,9	273,9	-1,8	-0,3
NTF	592,0	554,9	-6,3	520,7	-6,2	487,1	-6,5	453,3	-6,9	-6,5
Bilateral	10.044,9	9.839,6	-2,0	8.819,8	-10,4	8.897,3	0,9	9.283,4	4,3	-1,8
Government	5.072,2	4.969,1	-2,2	4.623,2	-6,8	5.382,8	16,4	6.363,3	18,2	6,4
China	1.591,3	1.591,3	0,0	1.591,3	0,0	1.591,3	0,0	1.591,3	0,0	0,0
Kuwait	378,6	359,6	-5,0	421,6	17,2	632,7	50,1	807,3	27,6	22,5
Portugal	3.070,1	3.006,9	-2,1	2.610,3	-13,2	3.158,8	21,0	3.964,7	25,5	7,8
South Africa	0,0	0,0		0,0		0,0		0,0		
Saudi Fund	28,2	0,0	-100,0	0,0		0,0		0,0		
Abu Dhabi	4,0	1,3	-68,3	0,0	-100,0	0,0		0,0		
Russia										
Export credit agencies	1.497,1	1.379,9	-7,8	1.168,5	-15,3	987,9	-15,5	841,8	-14,8	-13,3
ICO (Espanha)	769,7	769,7	0,0	660,8	-14,1	534,5	-19,1	553,2	3,5	-7,4
CACEX	288,7	288,7	0,0	288,7	0,0	288,7	0,0	288,7	0,0	0,0
MSF	0,0	0,0		0,0		0,0		0,0		
SOMAGUE	438,8	321,5	-26,7	219,1	-31,9	164,7	-24,8	0,0	-100,0	-45,9
Private Companies	3.475,6	3.500,6	0,7	3.028,1	-13,5	2.526,7	-16,6	2.078,3	-17,7	-11,8
Banco Espírito Santo	1.505,7	1.810,8	20,3	1.597,5	-11,8	1.347,9	-15,6	1.149,0	-14,8	-5,5
Caixa Geral de Depósito	880,6	711,3	-19,2	566,0	-20,4	428,0	-24,4	289,1	-32,5	-24,1
KFW	1.082,3	971,7	-10,2	861,1	-11,4	750,8	-12,8	640,2	-14,7	-12,3
BPI	6,9	6,9	0,0	3,6	-48,3	0,0	-100,0			
SUBTOTAL EXT	40.372,6	42.448,7	5,1	42.591,0	0,3	45.107,3	6,9	47.398,5	5,1	4,1
TOTAL DIVIDA	62.341,9	65.576,7	5,2	67.379,4	2,7	73.027,6	8,4	76.320,1	4,5	5,2

De acordo com os dados da tabela 12, o total da dívida pública foi de ECV 62.341,9 milhões em 2002 e aumentou para ECV 76.320,1 milhões em 2006, um crescimento de ECV 13.978,6 milhões, que equivale a uma variação de 22,42%, sendo que a dívida interna totalizou ECV 28.921,6 milhões em 2006 e a dívida externa ECV 47.398,5 milhões em 2006.

A taxa real de crescimento anual da dívida pública total foi maior em 2005 quando chegou aos 8,4 %, mas em 2006 volta aos 4,5%, e foi menor em 2004 com 2,7%.

Do lado externo, o Estado recebeu recursos dos credores multilaterais com maior fluxo do Banco Mundial/IDA (Agência Internacional para o Desenvolvimento), do BADEA (Banco Árabe de Desenvolvimento em África), da FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento) e do FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola). Ainda conforme a tabela, os principais credores bilaterais foram a China e o Portugal. Contou ainda com o capital de empresas privadas, aumentando o montante global acumulado da dívida externa.

Internamente, a maior participação foi do sistema bancário, como o BCV (Banco de Cabo Verde) e o BCA (Banco Comercial do Atlântico), e nas instituições para-bancárias o destaque é para o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

Tabela 13 – Principais Indicadores da Dívida Pública

	2001*	2002	2003	2004	2005	2006
Estoque Global	54808,4	62.341,90	65.576,70	67.379,40	73.027,60	76.320,10
Dívida Interna	17204,1	21.969,30	23.128	24.788,40	27.920,30	28.921,60
Divida Externa	37604,3	40.372,60	42.448,70	42.591	45.107,30	47.398,50
PIB	69380	72758	79527	82.086	89234	105625
Estoque global da dívida em % do PIB	79,00	85,68	82,46	82,08	81,84	72,26
Estoque da dívida interna em % do PIB	24,80	30,19	29,08	30,20	31,29	27,38
Estoque da dívida externa em % do PIB	54,20	55,49	53,38	51,89	50,55	44,87
Divida Interna em % do Global	31,39	35,27	35,27	36,79	38,23	37,90
Divida Externa em % do Global	68,61	64,76	64,73	63,21	61,77	62,10
Divida Global/Receita Corrente	3,74	3,63	3,82	3,60	3,41	2,97

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 12 e do *Ministério das Finanças

Na tabela acima verificamos que o estoque global da dívida do país aumenta cerca de ECV 21.511,7 milhões, uma variação de 39,25%, de 2001 para 2006. Avaliando a capacidade

de pagamento, percebe-se que a relação Dívida e Receita Corrente diminuem de 3,74 em 2001 para 2,97 em 2006, com o valor máximo em 2003.

A relação Dívida/PIB, mostrando o grau de absorção da dívida por parte da sociedade com base no seu potencial econômico, também diminuiu de 0,79 em 2001 para 0,72 em 2006, mostrando que o crescimento econômico do país foi ligeiramente maior que o crescimento da dívida.

Segundo o Banco Mundial (2004), a dívida pública total de Cabo Verde aumentou rapidamente num período de tempo relativamente curto, de 78% em 1998 para 107% do PIB em 2001 e que embora grande essa dívida seja controlável. A dívida pública total aumentou em cerca de 20% do PIB entre 1996 e 2002, mais de dois terços do aumento é dívida externa nova e os pagamentos totais de juros (internos e externos) representavam cerca de 12% da receita, e 2.2% do PIB em 2001.

Ainda segundo a mesma fonte, o aumento da dívida pública foi devido à acumulação de déficits orçamentais e atrasados internos e externos, os grandes desequilíbrios orçamentais do passado têm as conseqüências refletidas no aumento das obrigações de serviço da dívida pública. Os pagamentos de juros absorveram 13% das receitas fiscais do Estado em 2002, em comparação com 8% em 1999.

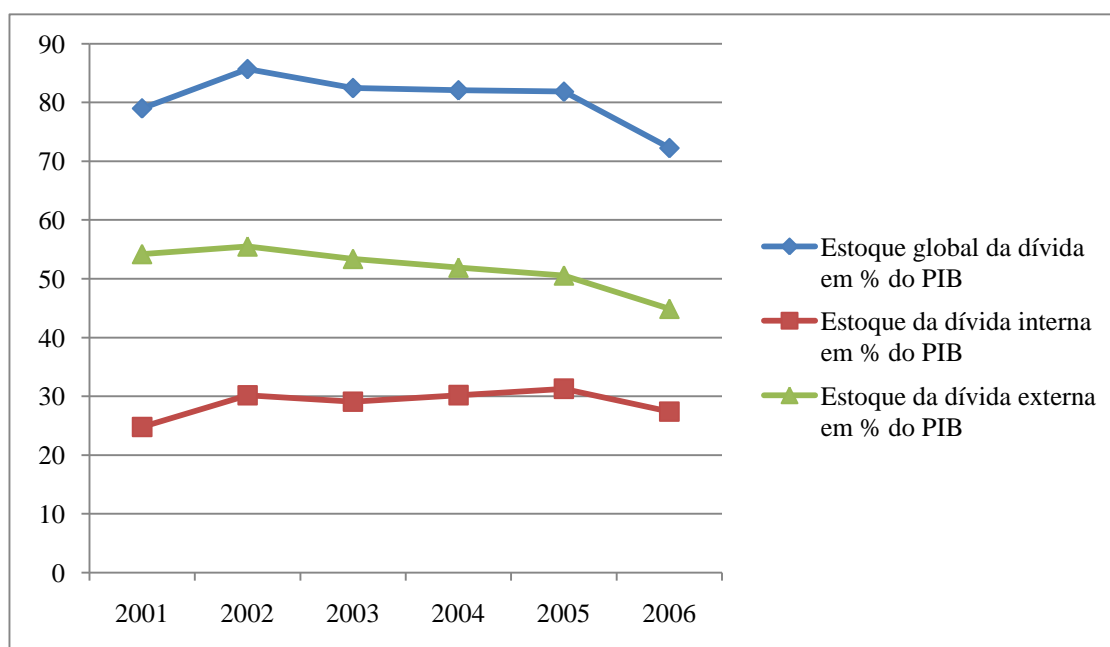


Gráfico 7 – Principais Indicadores da Dívida (% do PIB)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base na tabela 13

O gráfico acima mostra a variação dos principais indicadores da dívida em percentagem do PIB, apontando para uma tendência de diminuição dos indicadores.

5.1 DÍVIDA INTERNA

A dívida interna inclui a gestão de títulos do tesouro (bilhetes e obrigações) e protocolos, também o seguimento e pagamento dos atrasados relativos às dívidas internas bancária e para-bancária.

A gestão da dívida interna conta ainda com o mecanismo de *Trust Fund* desde 1998, resultante da contribuição de parceiros internacionais e, no remanescente, do encaixe das receitas de privatizações realizadas no âmbito do Programa de Reformas Económicas. Porém esse mecanismo não teve o êxito esperado para a resolução do problema da dívida interna, devido a um conjunto de fatores internos e externos (houve atrasos nos processos de privatizações e também a degradação da situação económica e financeira agravada no ano de 2000).

Em Cabo Verde, o peso da dívida interna foi uma consequência da acumulação de grandes déficits orçamentais e acesso limitado ao financiamento externo.

Segundo o Banco Mundial (2004), o déficit orçamental (incluindo donativos) atingiu 20% do PIB em 2000, como consequência dos desequilíbrios macroeconómicos na sequência das eleições legislativas e presidenciais do início de 2001, de fato, o aumento da dívida detida internamente durante 2001 e 2002, dois anos de contenção orçamental, foi devido à regularização dos atrasados internos através da emissão de OTNS (Obrigações Públicas de Longo Prazo). Bilhetes do Tesouro, a principal fonte de financiamento interno do orçamento, têm sido mantidos em média em 6.5% desde 1999.

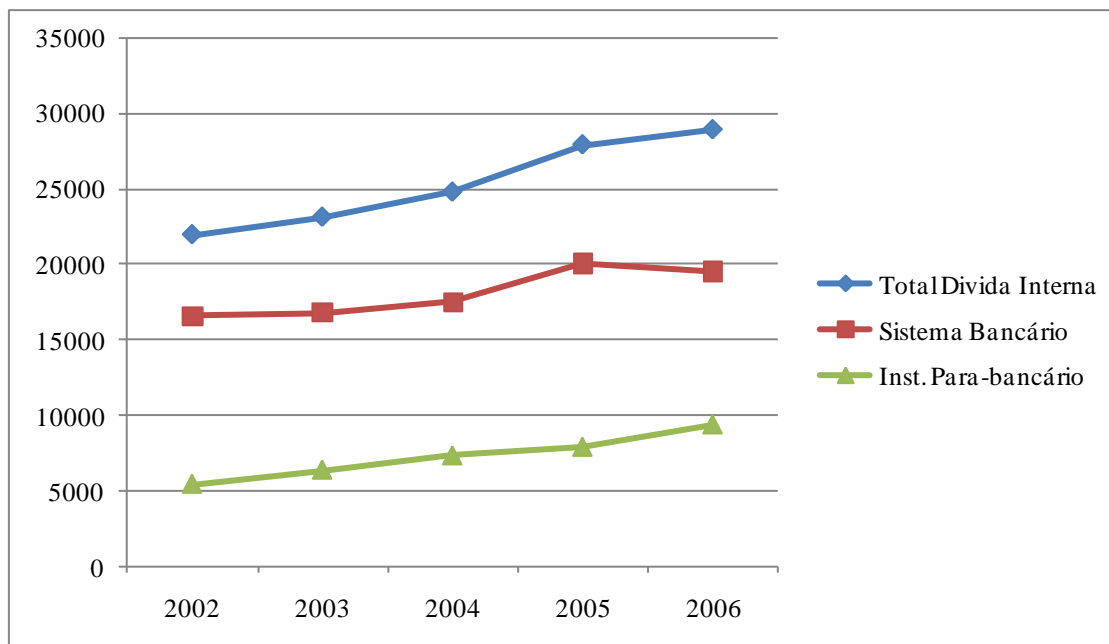


Gráfico 8 - Evolução da Dívida Interna Total e por Fonte Credore Interno

Fonte: elaborado pela autora com base na tabela 12

A maior parte da dívida interna de cabo Verde é detida pelo sistema bancário, conforme mostra o gráfico acima, onde também se observa uma tendência a aumentar da detida pelas instituições para-bancárias assim como o total da dívida interna.

Na análise da tabela 13, constata-se que a dívida interna aumentou ECV 6.952,3 o que corresponde a uma variação de 31,65% de 2002 para 2006. O stock da dívida interna em percentagem do PIB diminuiu, passando de 30,19% em 2002 para 27,38% do PIB em 2006.

5.2 DÍVIDA EXTERNA

Esse segmento da dívida pública é classificado de acordo com o credor, podendo ser multilateral e bilateral. A multilateral compreende os empréstimos concedidos pelos organismos internacionais e a bilateral os empréstimos contraídos junto dos governos dos países e suas agências e outras entidades públicas autónomas.

Segundo o Banco Mundial (2004), o volume e os riscos da dívida externa são controláveis, ela está principalmente concentrada em credores oficiais (multilateral e bilateral) e tem sido contraída em termos concessionais que têm mantido o serviço da dívida em níveis relativamente comportáveis. Apesar de os indicadores da dívida externa de Cabo Verde ser

atualmente moderados, o país teve no passado problemas no serviço da dívida e acumulou um montante significativo de atrasados e ainda precisa normalizar o serviço da dívida com uns poucos credores privados.

Conforme se observa na tabela 13, a dívida externa aumentou ECV 7.025,9 milhões de, uma variação de 17,4% de 2002 para 2006. Mas ao longo da série em análise, o stock da dívida externa em percentagem do PIB diminuiu gradualmente, de 55,49% em 2002 passa para 44,87% em 2006.

6 RESULTADO DAS CONTAS PÚBLICAS

Contraopondo os valores absolutos provenientes dos demonstrativos das finanças, chega-se aos resultados das contas públicas. Elas refletem os gastos do Governo frente às suas receitas, podendo ser superavitário, em equilíbrio e déficit, se as receitas forem superiores às despesas, iguais às despesas ou inferiores às despesas.

Segundo Lagemann (2008), esta contabilidade pode ser dividida em três níveis: Resultado Nominal, Resultado Operacional e Resultado Primário. No primeiro contrapõem-se as receitas totais às despesas totais, enquanto que o segundo corresponde ao resultado real das contas públicas, ou seja, exclui-se do resultado nominal o efeito da inflação e o último, corresponde ao resultado fiscal das contas públicas, isto é, é excluído do resultado operacional a despesa com juros reais que o Governo tem que pagar sobre as suas dívidas. Assim, o resultado puro das contas do Governo é representado pelo déficit primário, que diz, sem o efeito da inflação e dos juros pagos sobre as suas dívidas, se ele gastou mais ou menos do que a sua receita permitia.

Tabela 14 – Demonstração do Resultado

Ano	Resultado Nominal	Saldo primário do gov. central % PIB
2001	-5.110	
2002	-3.848	
2003	-3.549	-1,8
2004	-737	-1,6
2005	-3.065	-4,2
2006	-3.491	-3,1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do Ministério das Finanças e do Standard & Poor's de 2010

A tabela acima mostra a evolução dos resultados nominal e primário. Contraopondo-se as receitas e as despesas, nota-se que o governo gastou mais do que arrecadou, durante o período em análise com o valor máximo em 2001 e mínimo em 2004.

Segundo Standard & Poor's (2010), O plano de investimento do governo tende a conduzir a um déficit fiscal nos próximos anos e esperam que o já grande débito do governo central continue a aumentar.

A mesma fonte afirma que, como resposta a recessão da economia global, a ação principal do Governo de Cabo Verde foi desenvolver e implementar um forte plano de estímulo fiscal para suportar a economia. O plano tem sido implementado com aumento da despesa social, redução da renda e dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas, e a aceleração de despesas dos investimentos públicos. As principais áreas de investimento público são na infra-estrutura, assim como na energia e no setor de água. Como consequência veio o grande déficit do governo geral.

Afirmam ainda que a contínua sustentabilidade fiscal permanece importante para o programa de estímulo macroeconômico do Governo e, ao mesmo tempo, para limitar o aumento das despesas correntes e promover uma maior eficiência da despesa.

Segundo Standard & Poor's (2010), apesar dos efeitos adversos da recessão econômica global e da política de corte de imposto do governo, as receitas gerais do governo foram resilientes e constante em relação ao PIB. Os déficits de orçamento são ajustados para serem financiados principalmente pelo empréstimo externo dos doadores.

A fonte afirma ainda que o pesado plano de estímulo fiscal do Governo, no longo prazo, poderia conduzir a um positivo programa de crescimento e concorrência para Cabo Verde. Entretanto, o plano de investimento está conduzindo a um rápido crescimento das relações de débito fiscais e das relações da dívida externa para o país e o tamanho completo dele puderam forçar, em nossa opinião, a capacidade institucional das instituições públicas envolvidas a seus limites.

6.1 A POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

Torna-se importante saber se o setor público tem condições de gerar os recursos necessários para fazer frente aos investimentos para o crescimento econômico. Isso pode ser verificado através do cálculo da diferença entre as as Receitas Correntes e as Despesas Correntes, indicando existência de poupança se a primeira superar a segunda e se forem iguais não haverá poupança, significando que deverão existir Receitas de Capital, para a realização dos investimentos, oriundos das operações de crédito (gerando juros e amortizações para os períodos seguintes).

Tabela 15 – Evolução da Poupança e Investimento

Ano	Receita Corrente(A)	Despesa		Investimento	Investimentos % do PIB
		Corrente (B)	Poupança (A-B)		
2001	14.671	13.163	1.508	9.680	13,95
2002	17.189	15.307	1.882	9.719	13,36
2003	17.177	16.821	356	8.167	10,27
2004	18.741	17.834	907	8.845	10,78
2005	21.420	19.627	1.793	12.053	13,51
2006	25.725	22.144	3.581	13.703	12,97

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ministério das Finanças

Na tabela 15 podemos verificar um crescimento da poupança corrente de 2001 para 2002 e depois de 2005 para 2006, porém houve uma diminuição de 2003 para 2004. Esta passou de ECV 1.508 para 3.581 milhões do primeiro aos últimos anos considerados.

As despesas com o investimento também apresentaram um aumento considerável, passando de ECV 9.680 para 13.703 milhões de 2001 para 2006, apesar de ter oscilado durante o período, diminuindo de 2003 para 2004. Mas em percentual do PIB, diminuiu de 13,95% para 12,97%.

Com poupança corrente positiva, ao longo do período em análise, pode-se dizer que a capacidade de autofinanciamento do Estado foi positiva no período e que a necessidade de financiamento da economia foi menor. Entretanto, ao longo do período de 2001 a 2006, o investimento esteve em patamar mais elevado que a poupança, o que se explica pelo fato dos recursos com essa destinação, no caso de Cabo Verde, ter origem em donativos e empréstimos externos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabo Verde encontra-se num processo de consolidação da democracia e de desenvolvimento humano.

O Governo vem desenvolvendo um trabalho de melhoramento dos indicadores das finanças públicas, mas com déficits nominais (pois inclui juros), esta maior responsabilidade e controle do orçamento têm melhorado as condições de vida da população.

Desde sua independência, o país alcançou progressos significativos nas áreas políticas, económicas e sociais.

No domínio político, a nação construiu um sistema democrático estável, respeitando as leis, organizou sucessivas eleições presidenciais, legislativas e locais, livres e transparentes, com a participação dos cidadãos, de acordo com a ordem constitucional estabelecida.

Na área económica, o país alcançou taxas de crescimento económico anual acima das de outros países da sub-região e dos países subsaharianos, conseguiu diminuir o desemprego, adotou políticas de boa governação permitindo que a ajuda da comunidade internacional, conjugada com o investimento privado externo e nacional, fosse gerida de forma transparente e direccionada para os alicerces do desenvolvimento. Conseguiu a graduação para país de nível de rendimento médio, a adesão ao grupo de países membros da OMC (Organização Mundial do Comércio) e diversas parcerias já formalizadas.

As reformas iniciadas e em curso no país (que vão desde reforços do sistema democrático à administração pública, passando pelos sistemas fiscais, laboral, de administração financeira, judicial e de segurança), produziu alguns resultados: a situação macroeconómica é mais estável, a inflação encontra-se controlada, as contas públicas estão equilibradas, a situação monetária é sólida e não são constatados problemas sociais anormais. O governo vem adotando políticas macroeconómicas sólidas e criando um ambiente estável para o investimento e a expansão da atividade económica.

Cabo Verde vem alcançando progressos em matéria da modernização da Administração Pública e na difusão de novas tecnologias de informação no seio da sociedade, assim como a qualificação crescente dos recursos humanos, levando o país a uma nova fase de transformação social e abertura de oportunidades para a introdução de técnicas mais elevadas de gestão. À DGCI (Direção Geral das Contribuições e Impostos) cabe a tarefa de centralizar a informação sobre toda a receita do Estado arrecadada em cada ano económico, porém na prática a consolidação efectuada pela DGCI não apresentou a eficiência e a eficácia

desejada, isto é, não houve um controlo efetivo e rigoroso na contabilização dos montantes recebidos por todos os serviços, com vista a uma consolidação fidedigna das receitas do Estado. Isso explica a diferença nos valores de alguns dados encontrados, de uma instituição para outra.

Apesar dos progressos, o país não conseguiu ultrapassar todas as suas limitações: o mercado interno aumentou sem mostrar um salto qualitativo significativo, a tradição industrial melhorou, mas o empreendedorismo ainda é fraco, houve avanços nas infra-estruturas, mas ainda precisa melhorar. A economia depende de fatores exógenos para o seu sucesso, que colocam o país perante grandes desafios, agravados pelas limitações internas e pela sua vulnerabilidade aos choques externos.

Da apreciação feita das contas públicas, conclui-se que as receitas globais, assim como as variáveis que as compõem, do Estado demonstraram um desempenho aceitável em termos de crescimento. As receitas totais aumentaram, com a exceção do ano de 2003, quando o crescimento foi negativo em relação a 2002 devido a uma redução no recurso aos instrumentos da dívida pública e também das transferências de capital obtidas

As receitas correntes tiveram um comportamento bastante positivo no período analisado, com um aumento de 75,35%, apresentando sempre crescimentos acentuados entre 2001 e 2006.

Esse crescimento foi devido à boa performance das receitas fiscais que registaram no período uma variação de 80,36%, contra o crescimento de 52,24% do PIB (8,9% em média, atingindo 18,37% em 2006), representando em todos os anos maior fatia do PIB, com 21,59% em 2006. Foram os impostos sobre a despesa que contribuíram com a maior parte das receitas fiscais (pelas rubricas de transacções internacionais) e também o imposto sobre o consumo (IVA).

Quanto à despesa total, esta também cresceu em todos os anos, com excepção em 2003 em que se verificou um crescimento negativo de 6,3%, no período em análise, a variação do total ronda o 54,5%.

Conclui-se também que os valores das Despesas totais, quando comparados com o PIB, apresentaram períodos de desaceleração ao longo do período, com um pico em 2002 quando chegou aos 37,61%. A despesa passa de uma representação de 33,74% do PIB em 2001 para 34,24% em 2006.

Destaca-se também a atuação do governo nas áreas de saúde e educação, porém a despesa de capital teve fraca participação no PIB e no total das despesas, não mostrando um aumento significativo.

Ao nível da evolução da dívida pública, constata-se que de 2001 a 2006, o total aumentou, com maior participação da dívida externa, porém a proporção do total nas despesas correntes diminuiu, passando de 3,74 em 2001 para 2,97 em 2006.

Por fim, foi mostrado que as finanças públicas estão muito mais sólidas do que nos últimos anos da década de 1990 e que o equilíbrio das contas públicas foi um grande passo para o país obter um crescimento sustentável. Os resultados nominais e primários mostraram que o Governo gastou mais do que arrecadou no período, pois manteve o forte ritmo de investimento no país o que se traduziu num novo aumento do endividamento externo do país, particularmente do sector privado, a poupança corrente foi positiva no período analisado e as necessidades de financiamento do sector público registaram uma importante desaceleração.

REFERÊNCIAS

BRITO, Arminda; SEMEDO, José. **Nossa Terra Nossa Gente – Introdução à Geografia de Cabo Verde**. PFIE – Cabo Verde, Praia Fevereiro 1995

CABO VERDE 2009. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde >. Acessado em: 15 Abril 2009

CABO VERDE. Instituto Nacional de Estatística. **Base de Dados de Estatísticas Oficiais**. Disponível em: < <http://www.ine.cv/indexBDeo.aspx> >. Acessado em: 30 de Outubro 2009

CABO VERDE. Ministério das Finanças. **Classificador Econômico das Receitas**. Disponível em: < <http://www.minfin.gov.cv/classificador-or-amental/classificador-or-amental/index.php> >. Acessado em: 07 de Abril de 2010

CABO VERDE. Ministério das Finanças. **Descrição do Código Econômico das Despesas**. Disponível em: < <http://www.minfin.gov.cv/classificador-or-amental/classificador-or-amental/index.php> >. Acessado em: 07 de Abril de 2010

CABO VERDE. Ministério das Finanças e Administração Pública. **Proposta de Orçamento de Estado para 2006**. Praia, Maio 2006

CABO VERDE. Tribunal de Contas. **Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2001**. Praia, Dezembro 2007

CABO VERDE. Tribunal de Contas. **Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2002**. Praia, Dezembro 2007

CABO VERDE. Tribunal de Contas. **Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2005**. Praia, Dezembro 2007

CABO VERDE. Tribunal de Contas. **Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2006**. Praia, Janeiro 2009

CABO VERDE. Ministério das Finanças e Administração Pública. **Proposta de Orçamento de Estado para 2009 - Relatório**. Praia, Setembro 2006

DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde - Revisão das Despesas Públicas**: melhorando a gestão da despesa pública sob uma restrição orçamental apertada. Região África, 8 de Março de 2004

FERNANDES, A. L. C. **Economia Pública: Eficiência** Econômica e Teorias das Escolhas Coletivas. 1 ed. Lisboa: Edições Sílabos, 2008

LAGEMANN, Eugenio. **Indicadores das Finanças Públicas**. Material de aula da disciplina de Economia do Setor Público na UFRGS, Porto Alegre, 2008

RIANI, F. **Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997

STANDARD & POOR'S. Global Credit Portal. **Cape Verde (Republic of)**. February 12, 2010. Disponível em: < <http://www.standardandpoors.com/ratingsdirect> >. Acessado em: 13 de Maio 2010

TAVARES, Paulino. **Sistema Tributário Cabo-Verdiano: Caracterização e Desafios Institucionais e Econômicos**. Trabalho apresentado na disciplina de Finanças Públicas II do Pós-Graduação em Economia na UFRGS, Porto Alegre, 2008

**ANEXO A – OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO.**

	2000		2001		2002		2003		20
	Exec	Orç.	Exec	Orç.	Exec	Orç.	Exec	Orç.	Exec
1. RECEITAS TOTAIS	18.086	21.552	18.299	22.520	23.516	23.823	22.092	27.059	26.116
1.1. Receitas orçamentais	14.155	15.138	14.735	16.018	17.197	17.411	17.196	19.292	18.755
1.1.1. Receitas correntes	12.482	14.070	14.671	15.665	17.189	17.300	17.177	18.743	18.741
Receitas fiscais ¹	10.616	11.269	12.645	12.975	15.186	13.929	15.141	15.465	16.637
Receitas não fiscais ²	1.866	2.800	2.027	2.690	2.003	3.370	2.036	3.278	2.105
1.1.2. Receitas de capital	1.673	1.069	64	354	8	111	19	549	14
1.2. Donativos	3.931	6.276	3.553	5.912	6.319	5.990	4.856	7.584	7.360
1.2.1. A projectos de investimento	3.931	6.276	3.553	5.912	5.156	5.990	4.088	6.858	7.360
1.2.2. A. OE					1163		768	726	
1.3. Transferências de OFN ³		138	11	590	0	422	40	183	
2. DESPESAS TOTAIS	23.142	26.739	23.409	28.084	27.364	31.288	25.641	32.616	26.853
2.1. Despesas correntes ²	13.687	14.048	13.730	15.136	17.075	16.061	17.474	18.771	18.007
das quais: Juros da dívida interna programados	495	495	803	803	1.437	1.437	1.478	1.508	1.506
Juros da dívida externa programado	526	526	533	568	725	725	517	517	550
Combustíveis									
Atrasados de Despesas de Funcionamento									
2.2. Despesas de investimento	9.455	12.691	9.680	12.948	9.719	15.227	8.167	13.845	8.845
das quais: Atrasados da despesa de Investimento									
2.3. Contas por pagar					570				
Funcionamento									
Investimento									
3.SALDO GLOBAL (base caixa; 1 - 2-2.4)	-5.055	-5.187	-5.110	-5.563	-3.279	-7.465	-3.549	-5.556	-737
3.SALDO GLOBAL (base cumprimento; 1-2)	-5.055	-5.187	-5.110	-5.563	-3.848	-7.465	-3.549	-5.556	-737
Saldo global(base caixa) em percentagem do PIB	-8	-8	-7	-8	-5	-10	-4	-7	-1
Saldo global(base cumprimento) em percentagem do PIB	-8	-8	-7	-8	-5	-10	-4	-7	-1
Saldo global excluindo Donativos (3 - 1.2)	-8.987	-11.463	-8.664	-11.475	-10.168	-13.455	-8.405	-13.141	-8.097
Saldo global, excl. Donativos e Transf. de OFN (1.1 - 2)	-8.987	-11.601	-8.675	-12.065	-10.168	-13.877	-8.445	-13.324	-8.097
Saldo orçamental (1.1 - 2.1)	468	1.090	1.005	883	121	1.350	-278	521	748
-Saldo corrente (1.1.1 - 2.1)	-1.205	21	941	529	114	1.239	-297	-28	734
Saldo primário (1.1 + 1.3 - 2 + Juros)	-7.966	-10.442	-7.328	-10.104	-8.006	-11.293	-6.411	-11.116	-6.042
4. FINANCIAMENTO	5385	5187	5812	5563	4.020	7.465	3.720	5556	1275
4.1. Externo (líquido)	4374	3392	4143	4420	2.684	5.443	2.621	3857	374
Desembolsos	5075	3967	5098	5198	4.716	7.434	4.074	5290	2437
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	635	699	232	528	220	528	538	530	231
Amortizações programadas	-1336	-1274	-1187	-1307	-2.253	-2.519	-1.990	-1963	-2294
4.2. Interno (líquido)	1011	1795	1669	1143	1.336	2.022	1.100	1700	901
Sistema bancário	1.011	1.795	1.669	1.143	1.336	2.022	1.100	1.700	901
Empréstimos correntes	4273	1863	1678	1500	4.152	2.410	1.975	2622	951
Amortizações programadas					-171	-388	-875	-922	-50
Sistema não bancario									
Variação de atrasados (aumento: +)	-3261	-67	-9	-357	-2645				
Erros e omissões	-330		-702		-172		-171		-538
5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO / DISCREPÂNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Decomposição percentual do PIB</i>									
Receitas Totais Incluindo Donativos	28,0	33,4	26,4	32,5	32,3	32,7	27,8	34,0	31,8
Receitas Fiscais	16,4	17,5	18,2	18,7	20,9	19,1	19,0	19,4	20,3
Receitas Não Fiscais	2,9	4,3	2,9	3,9	2,8	4,6	2,6	4,1	2,6
Donativos	6,1	9,7	5,1	8,5	8,7	8,2	6,1	9,5	9,0
Despesas Totais	35,9	41,4	33,7	40,5	37,6	43,0	32,2	41,0	32,7
Despesas de Funcionamento	21,2	21,8	19,8	21,8	23,5	22,1	22,0	23,6	21,9
Despesas de Investimentos	14,6	19,7	14,0	18,7	13,4	20,9	10,3	17,4	10,8
Saldo Global	-7,8	-8,0	-7,4	-8,0	-4,5	-10,3	-4,5	-7,0	-0,9
Saldo Global excluindo Donativos	-13,9	-17,8	-12,5	-16,5	-14,0	-18,5	-10,6	-16,5	-9,9
Saldo corrente	-1,9	0,0	1,4	0,8	0,2	1,7	-0,4	0,0	0,9
Saldo Orçamental	0,7	1,7	1,4	1,3	0,2	1,9	-0,4	0,7	0,9
Saldo Primário	-12,3	-16,2	-10,6	-14,6	-11,0	-15,5	-8,1	-14,0	-7,4
PIB	64.539	64.539	69.380	69.380	72.758	72.758	79.527	79.527	82.086

	04		2005		2006		2007		2008	
	Orç.	Exec	Orç.	Exec.	Orç.	Exec.	Orç.	1º Trim	Estim	
1. RECEITAS TOTAIS	29.326	28.846	31.745	32.674	35.594	38.653	37.513	9.741	40.722	
1.1. Receitas orçamentais	19.018	22.236	23.436	26.274	28.591	33.289	29.182	8.298	33.457	
1.1.1. Receitas correntes	18.755	21.420	20.731	25.725	24.626	28.908	26.731	7.643	30.813	
Receitas fiscais ¹	15.949	18.539	17.750	22.806	21.252	26.220	24.178	6.986	28.544	
Receitas não fiscais ²	2.805	2.880	2.981	2.920	3.374	2.688	2.553	657	2.269	
1.1.2. Receitas de capital	263	817	2.705	549	3.965	4.381	2.450	655	2.645	
1.2. Donativos	10.049	6.439	8.309	6.291	7.003	5.312	8.332	1.443	7.265	
1.2.1. A projectos de investimento	6.812	5.888	8.309	5.087	7.003	3.749	8.332	1.443	7.265	
1.2.2. A. OE	3237	551		1203		1563				
1.3. Transferências de OFN ³	259	171		109		52				
2. DESPESAS TOTAIS	33.919	31.911	36.972	36.165	40.793	37.208	40.154	6.875	43.119	
2.1. Despesas correntes ²	20.004	19.858	20.592	22.462	24.503	23.245	23.814	5.215	25.538	
das quais: Juros da dívida interna programados	1.506	1.384	1.384	1.398	1.398	1.360	1.352	306	0	
Juros da dívida externa programado	552	543	543	522	522	520	531	126	0	
Combustíveis										
Atrasados de Despesas de Funcionamento										
2.2. Despesas de investimento	13.915	12.053	16.380	13.703	16.290	13.963	16.340	1.660	17.581	
das quais: Atrasados da despesa de Investimento										
2.3. Contas por pagar										
Funcionamento										
Investimento										
3.SALDO GLOBAL (base caixa; 1 - 2-2.4)	-4.593	-3.065	-5.227	-3.491	-5.199	1.445	-2.641	2.866	-2.397	
3.SALDO GLOBAL (base cumprimento; 1-2)	-4.593	-3.065	-5.227	-3.491	-5.199	1.445	-2.641	2.866	-2.397	
Saldo global(base caixa) em percentagem do PIB	-6	-3	-6	-3	-5	1	-2	2	-2	
Saldo global(base cumprimento) em percentagem do PIB	-6	-3	-6	-3	-5	1	-2	2	-2	
Saldo global excluindo Donativos (3 - 1.2)	-14.642	-9.504	-13.536	-9.782	-12.202	-3.867	-10.973	1.423	-9.662	
Saldo global, excl. Donativos e Transf. de OFN (1.1 - 2)	-14.901	-9.674	-13.536	-9.891	-12.202	-3.919	-10.973	1.423	-9.662	
Saldo orçamental (1.1 - 2.1)	-986	2.379	2.843	3.812	4.088	10.044	5.368	3.083	7.919	
Saldo corrente (1.1.1 - 2.1)	-1.249	1.562	139	3.263	123	5.663	2.917	2.428	5.275	
Saldo primário (1.1 + 1.3 - 2 + Juros)	-12.583	-7.577	-11.609	-7.862	-10.282	-1.987	-9.090	1.855	-9.662	
4. FINANCIAMENTO	4593	3037	5227	4368	5.199	-1.304	2.641	-2.848	3.431	
4.1. Externo (líquido)	3.183	2.723	3887	2599	3.487	3.010	3.243	-187	3.183	
Desembolsos	5.247	4.620	6054	4272	5.531	4.536	5.156	196	5.204	
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	260	147	301	301	293	200	200		23	
Amortizações programadas	-2.324	-2.044	-2167	-1974	-2.044	-1.819	-2.113	-383	-2.045	
4.2. Interno (líquido)	1.410	313	1340	1.769	1.712	-4.314	-602	-2.661	248	
Sistema bancário	1.410	313	1.340	260	1.712	-6.415	-602	-2.135	248	
Empréstimos correntes	1.410	863	1851	260	3.134		398		2.248	
Amortizações programadas	0	-550	-511		-1.422		-1.000		-2.000	
Sistema não bancario				1509		2.101		-525		
Variação de atrasados (aumento: +)										
Erros e omissões		28								
5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO / DISCREPÂNC	0	0	0	877	0	141	0	18	1.034	
<i>Decomposição percentual do PIB</i>										
Receitas Totais Incluindo Donativos	35,7	32,3	35,6	30,9	33,7	33,2	32,3	8,0	33,3	
Receitas Fiscais	19,4	20,8	19,9	21,6	20,1	22,5	20,8	5,7	23,3	
Receitas Não Fiscais	3,4	3,2	3,3	2,8	3,2	2,3	2,2	0,5	1,9	
Donativos	12,2	7,2	9,3	6,0	6,6	4,6	7,2	1,2	5,9	
Despesas Totais	41,3	35,8	41,4	34,2	38,6	32,0	34,5	5,6	35,2	
Despesas de Funcionamento	24,4	22,3	23,1	21,3	23,2	20,0	20,5	4,3	20,9	
Despesas de Investimentos	17,0	13,5	18,4	13,0	15,4	12,0	14,1	1,4	14,4	
Saldo Global	-5,6	-3,4	-5,9	-3,3	-4,9	1,2	-2,3	2,3	-2,0	
Saldo Global excluindo Donativos	-17,8	-10,7	-15,2	-9,3	-11,6	-3,3	-9,4	1,2	-7,9	
Saldo corrente	-1,5	1,8	0,2	3,1	0,1	4,9	2,5	2,0	4,3	
Saldo Orçamental	-1,2	2,7	3,2	3,6	3,9	8,6	4,6	2,5	6,5	
Saldo Primário	-15,3	-8,5	-13,0	-7,4	-9,7	-1,7	-7,8	1,5	-7,9	
PIB	82.086	89.234	89.234	105.625	105.625	116.276	116.276	122.393	122.393	

ANEXO B - DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007									
	Exec.	(%)	Org.	(%)	Exec.	(%)	Org.	(%)	Exec.	(%)	Org.	(%)	Exec.	(%)	Org.	(%)								
Despesas com Pessoal	5.558	95	5824,7	5.417	93	5.839	5.804	95	6.090	8.526	92	9.287	8.868	91	9.769	9.690	97	9.997	10.491	93	11.260	10.902	96	
Aquisição de bens e serviços	422	69	608,3	293	40	735	454	69	654	1.426	84	1.704	1.287	75	1.720	1.606	88	1.835	1.646	88	1.863	2.163	102	
Juros correntes	1.021	100	1.021	1.336	97	1.372	2.162	100	2.162	1.998	97	2.058	2.056	100	2.059	1.927	100	1.927	1.920	99	1.939	1.881	99	
Divida interna	495	100	494,9	803	100	803	1.437	100	1.437	1.478	98	1.508	1.506	100	1.506	1.384	100	1.384	1.398	100	1.398	1.360	101	
Divida externa	526	100	525,9	533	94	568	725	100	725	517	100	517	550	99	552	543	100	543	522	100	522	520	98	
Outros Encargos									4	11	33							0	19		1	7		
Transferências correntes	4.247	92	4618	-1.127	80	5.140	5.157	93	5.551	3.525	88	3.987	3.387	95	3.578	3.725	97	3.821	4.855	90	5.400	5.183	95	
Administração Pública	3.224	90	3568,7	3.078	78	3.948	3.702	91	4.064	1.429	87	1.649	1.429	93	1.533	1.632	96	1.704	2.423	87	2.794	2.701	88	
Administração Privada	153	86	176,8	102	69	148	203	88	232	116	93	124	186	92	202	111	94	117	276	93	299	113	102	
Famílias	870	100	872,8	922	93	988	1.211	100	1.213	1.899	90	2.107	1.723	96	1.785	1.934	99	1.947	2.082	94	2.227	2.335	105	
dos quais: Bolsa de Estudos																							0	
Exterior					26	46	56	42	99	42	81	75	107	49	86	57	48	91	53	74	91	81	35	91
Subsídios	1.063	100	1063,2	1.262	84	1.497	1.053	99	1.063	338	100	338	595	100	595	533	100	533	1.949	82	2.370	337	97	
Outras Despesas Correntes	801	92	868,8	728	152	480	677	147	462	1.008	94	1.070	1.641	82	2.007	2.145	99	2.176	1.282	93	1.378	1.937	81	
Total das Despesas correntes	13.111	94	14004	13.163	87	15.063	15.302	96	15.983	16.821	91	18.444	17.834	90	19.728	19.627	97	20.290	22.144	91	24.211	22.393	95	
Despesas de Capital	37	84	44,0	16	22	73	52	67	78	229	70	327	173	63	276	231	76	302	118	40	292	196	92	
Valor a regularizar ²																								
Pagamento de ano anterior	539			551		1.716		424										201					635	
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	13.687	97	14048	13.730	91	15.136	17.075	106	16.061	17.474	93	18.771	18.007	90	20.004	19.858	96	20.592	22.462	132	24.503	23.245	98	

Decomposição em percentagem do PIB	
Despesas com Pessoal	8,6
Bens e serviços	0,7
Juros correntes programados	1,6
Divida interna	0,8
Divida externa	0,8
Outros Encargos	0,0
Transferências correntes	6,6
Subsídios	1,6
Outras despesas correntes	1,2
Despesas de capital	0,1
Valor a regularizar	0,0
Pagamento de ano anterior	0,8
Despesas correntes totais	21,2

ANEXO C - RECEITAS ORÇAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM MILHÕES DE ESCUDOS CABO-VERDIANO

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Exec	(%)	Org	(%)	Exec	(%)	Org	(%)	Exec	(%)	Exec	(%)	Org	(%)	Exec	(%)
1. Receitas Fiscais	10.616	94,2	11.269	97,5	12.975	109	15.186	109	15.465	104	15.949	104	17.750	107	21.252	108
Impostos	10.616	94,2	11.269	97,5	12.975	109	15.186	109	15.465	104	15.949	104	17.750	107	21.252	108
Impostos Directos	3.913	97,6	4.008	4.437	97,5	4.551	5.506	109	5.045	91	5.882	91	6.391	100	6.955	102
Imposto Único sobre rendimentos IUR, Pessoas Singulares	2.958	155,7	1.900	2.619	84,4	3.102	2.697	86	3.141	93	3.401	102	3.457	105	3.727	115
IUR, Pessoas colectivas	955	45,3	2.108	1.818	125,4	1.449	2.809	147	1.904	84	2.545	78	2.934	93	3.228	88
Outros impostos sobre os rendimentos	6.703	92,3	7.261	8.208	97,4	8.424	9.681	109	8.884	104	9.584	112	11.359	111	14.296	111
Impostos indirectos	0		0	0	0	0	0	0	0	0	2.130	113	5.812	115	7.363	115
Imposto sobre a despesa	192	142,0	135	164	100,8	163	221	128	173	214	31	688	57	1.462	1.366	1.654
Imposto sobre o valor acrescentado	67	73,5	91	103	139,9	73	108	96	113	130	113	75	112	139	182	167
Imposto de consumo especial	126	281,8	45	62	68,8	90	113	187	60	83	111	498	692	52	1.320	838
Taxa comunitária- CEDEAO	5.783	87,7	6.591	7.389	97,1	7.610	8.672	109	7.963	151	5.998	115	6.664	115	8.889	109
Impostos sobre transacções internacionais	2.829	93,0	3.041	3.706	100,7	3.681	4.042	107	3.776	4.330	3.853	115	3.664	115	4.889	109
Direitos de importação	1.273	91,8	1.388	1.624	96,4	1.684	2.072	108	1.917	2.412	2.59	60	772	1040	915	1.479
Emolumentos gerais aduaneiros	1.680	77,7	2.162	2.059	91,7	2.245	2.538	113	2.271	2.295	214	1071	64	100	733	810
Outros impostos sobre transacções in	584	121,6	480	599	97,9	612	730	105	695	681	98	695	733	100	135	138
Imposto de selo	144	262,2	55	56	145,1	38	59	111	53	62	86	72	113	122	93	137
Outros impostos sobre a despesa	144	262,2	55	56	145,1	38	59	111	53	62	86	72	113	122	93	137
Taxes, Multas e Outras Penalidades	144	262,2	55	56	145,1	38	59	111	53	62	86	72	113	122	93	137
Outras receitas fiscais	1.866	66,6	2.800	2.027	75,4	2.690	2.003	59	3.370	2.036	62	3.278	75	2.805	2.880	97
2. Receitas não Fiscais	389	65,5	593	404	72,3	558	456	82	557	652	74	884	726	92	786	1.669
Taxes e Preços Públicos, Multas e Outras Penalidades	364	37,3	977	673	78,1	862	741	59	1.263	365	36	1.076	422	42	1.014	95
Rendimentos de Propriedade/Rendimentos Financeiros	569	118,3	481	360	60,2	597	322	46	697	448	55	815	474	85	554	533
Contribuição para Fundo de Previdência	18	13,3	135	26	20,3	129	32	23	139	186	26	45	17	262	150	51
Transferências correntes e subsídios	25	77,8	32	25	89,6	28	28	93	30	151	63	237	48	107	45	51
Venda de bens e serviços correntes	501	86,0	583	538	104,6	514	424	62	684	383	160	240	390	271	144	382
Outras receitas correntes	12.482	161	14.070	14.671	93,7	15.665	17.189	99	17.300	17.177	92	18.743	18.741	100	18.755	21.420
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	1.673	0	1.069	64	18,0	354	8	7	111	19	3	549	14	5	263	817
3. Receitas de capital	1.646	1,7	979	0,0	250	0	504	0	44	0	204	523	10	235	509	21
Privatizações	80	10	64	61,2	104	8	7	111	19	1	14	28	49	59	2	2.695
Terrenos	28	15,158	14.735	92,0	16.018	17.197	99	17.411	17.196	89	19.292	18.755	99	19.018	22.236	95
Outras receitas de capital	14.155	161	15.138	14.735	92,0	16.018	17.197	99	17.411	17.196	89	19.292	18.755	99	19.018	22.236
RECEITAS ORÇAMENTAIS TOTAIS	14.155	161	15.138	14.735	92,0	16.018	17.197	99	17.411	17.196	89	19.292	18.755	99	23.436	26.274
Para memória:																
RO incluindo impostos municipais																
Decomposição percentual do PIB																
Receitas Fiscais	16,4	-	17,5	18,2	-	18,7	20,9	-	19,1	19,0	-	19,4	20,3	-	19,4	20,8
Impostos sobre o rendimento	6,1	-	6,2	6,4	-	6,6	7,6	-	6,9	6,5	-	7,4	6,6	-	7,2	6,6
Impostos sobre a despesa	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Imposto sobre o valor acrescentado	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Receitas não Fiscais	2,9	-	4,3	2,9	-	3,9	2,8	-	4,6	2,6	-	4,1	2,6	-	3,3	2,8
Receitas correntes totais	19,3	-	21,8	21,1	-	22,6	23,6	-	23,8	21,6	-	23,6	22,8	-	22,8	24,0
Receitas de capital	2,6	-	1,7	0,1	-	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-	0,7	0,0	-	0,3	0,9
Receitas orçamentais totais	21,9	-	23,5	21,2	-	23,1	23,6	-	23,9	21,6	-	24,3	22,8	-	23,2	24,9
PIB	64.539	64.539,6	69.380	69.380,28	69.380	69.380,12	72.758,1	72.758,12	79.526,7	79.526,7	82.086	82.086	89.234	89.234	92.524,9	105.625